

GRACE KELLY FERNANDES

TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: UMA LEITURA A PARTIR DA SUA
MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA

CURITIBA

2007

GRACE KELLY FERNANDES

**TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: UMA LEITURA A PARTIR DA SUA
MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA**

Monografia apresentada à disciplina Projeto de Pesquisa em Informação II como requisito parcial à conclusão do Curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Sônia Maria Breda

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e meu padrasto por sempre me apoiarem e acreditarem em mim, inclusive fazendo sacrifícios para que eu pudesse estudar.

Ao meu irmão Henrique por ser um grande companheiro. A minha irmã Franciele por sempre me defender, me apoiar e ser uma grande amiga. A minha irmã Raquel por sempre me divertir e me colocar como exemplo de determinação.

Aos amigos, Renan, Célia e Osmar Soares pelas palavras de incentivo e apoio espiritual. A Rede Jovem da Capela da 4ª Igreja do Evangelho Quadrangular por todas as orações e carinho dispensados a minha pessoa.

Aos meus primos Rafael, Márcia Panizon e Gisele; e a minha tia Cristina por acreditarem que eu conseguiria chegar à UFPR enquanto os outros riram.

As minhas vós Tereza e Cacilda, por todos os mimos e disputas pelo meu carinho.

As minhas amigas Andressa, Nadyesda e Vanessa, minhas sócias, minhas companheiras, minhas irmãs... Com certeza uma das melhores coisas que a UFPR me proporcionou. As irmãs Salomão (Pri e Eve) por sempre me fazerem rir e me auxiliarem em muitos momentos. Ao Fernando e Vivi por estarem sempre dispostos a ajudar e colaborar nesta caminhada.

A professora Helena por sempre acreditar em mim. A professora Sônia pela paciência e atenção. A Professora Maria do Carmo pelas injeções de ânimo. Ao professor Lafaiete pela revisão textual.

Aos amigos da APUFPR: Glad's por aturar minhas constantes perguntas e ser sempre tão atenciosa; Sandra por sempre me ajudar; Seu Antonio e Luzinette pelo apoio e visitas ao Arquivo e a Nicole pelo esclarecimento das dúvidas jurídicas e conversas potterianas.

Agradecimento especial a Deus que durante todos estes anos segurou em minhas mãos para que eu não tivesse medo e não caísse.

DEDICATÓRIA

Aos professores que não tiveram medo de dar aulas em uma escola pública de um bairro violento e assim puderam ajudar a nascer um sonho de cursar uma Universidade Pública, no peito de quem não se deixou influenciar pelo meio.

Aos mestres destes professores; docentes da Universidade Federal do Paraná, que lutaram por um país livre, democrático e repassaram isto aos seus alunos.

“A sabedoria do homem faz brilhar o seu rosto, e com ela a dureza do seu rosto se transforma.”

Eclesiastes 8:01

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DIRETORIA EXECUTIVA.....	27
FIGURA 2 - ORGANOGRAMA CONSELHO DE REPRESENTANTES.....	27
QUADRO 1 – CRONOLOGIA DOCUMENTAL.....	31

LISTA DE SIGLAS

ADs – Associações Docentes

ADUFSCAR – Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos

ADUnB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

ADUNICAMP – Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APUFPR – Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná

APUFPR-Ssind – Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná -
Seção Sindical

ASSUFEPAR – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNDA – Coordenação Nacional de Associações Docentes

COPLAD – Conselho de Planejamento e Administração

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de
Defesa

FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná

GAE – Gratificação de Atividade Executiva

GED – Gratificação de Estímulo à Docência

GERES – Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MST – Movimento Sem Terra

MNNP – Mesa Nacional de Negociação Permanente

PARU – Projeto de Avaliação da Reforma Universitária

PID – Programa de Incentivo à Docência

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRCE – Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

RUs – Restaurantes Universitários

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

UDR – União Democrática Ruralista

UFPR – Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Estudo da trajetória da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) a partir de sua memória arquivística. Com o objetivo de contribuir para a recuperação da história da Associação, o trabalho de gestão de documentos, realizado previamente na disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Gestão da Informação da UFPR, é usado como ponto de partida e material de análise. A fim de complementar dados, se seguem pesquisas bibliográficas a respeito do período estudado. A contribuição completa lacunas deste histórico no período de 1977-2007, recorte de tempo realizado pelo estudo, além de sistematizar cronologicamente fatos ocorridos durante este período de abrangência. A pesquisa aponta a necessidade de outros estudos na mesma direção envolvendo a participação efetiva de professores e o resgate da memória iconográfica da Associação.

Palavras-chave: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR – Associação Docente – ANDES – UFPR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	11
2 JUSTIFICATIVA	12
3 OBJETIVOS	13
3.1 OBJETIVO GERAL	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
4 REVISÃO TEÓRICA	14
4.1 ARQUIVOS E MEMÓRIA	14
4.2 SINDICALISMO DOCENTE SUPERIOR NO BRASIL E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	18
5 METODOLOGIA	26
5.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
5.2 CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO.....	30
6 CONTRIBUIÇÃO PARA A MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (APUFPR-SSIND)	43
6.1 GESTÃO 1977/1979	43
6.2 GESTÃO 1979/1981	44
6.3 GESTÃO 1981/1983	47
6.4 GESTÃO 1983/1985	49
6.5 GESTÃO 1985/1987	52
6.6 GESTÃO 1987/1989	53
6.7 GESTÃO 1989/1991	55
6.8 GESTÃO 1991/1993	56
6.9 GESTÃO 1993/1995	58
6.10 GESTÃO 1995/1997	60
6.11 GESTÃO 1997/1999	62
6.12 GESTÃO 1999/2001	63
6.13 GESTÃO 2001/2003	65
6.14 GESTÃO 2003/2005	66
6.15 GESTÃO 2005/2007	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

ANEXOS	78
ANEXO 1 – DIRETORIA GESTÃO 1977/1979	78
ANEXO 2 – DIRETORIA GESTÃO 1979/1981	79
ANEXO 3 – DIRETORIA GESTÃO 1981/1983	80
ANEXO 4 – DIRETORIA GESTÃO 1983/1985	81
ANEXO 5 – DIRETORIA GESTÃO 1985/1987	82
ANEXO 6 – DIRETORIA GESTÃO 1987/1989	83
ANEXO 7 – DIRETORIA GESTÃO 1989/1991	84
ANEXO 8 – DIRETORIA GESTÃO 1991/1993	85
ANEXO 9 – DIRETORIA GESTÃO 1993/1995	86
ANEXO 10 – DIRETORIA GESTÃO 1995/1997	87
ANEXO 11 – DIRETORIA GESTÃO 1997/1999	88
ANEXO 12 – DIRETORIA GESTÃO 1999/2001	89
ANEXO 13 – DIRETORIA GESTÃO 2001/2003	90
ANEXO 14 – DIRETORIA GESTÃO 2003/2005	91
ANEXO 15 – DIRETORIA GESTÃO 2005/2007	92

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

As Associações Docentes (ADs) das universidades públicas têm desempenhado um papel importante na história do ensino superior do País.

Elas começaram a surgir no início da década de 1960, com um caráter recreativo e cultural e o objetivo de interatividade entre os professores universitários.

Durante o Regime Militar, algumas foram extintas, e as que sobreviveram se tornaram cada vez mais alinhadas ao governo, permanecendo caladas e por vezes negligentes aos interesses da categoria.

Por volta de 1977, houve um ressurgimento dessas Associações e a fundação de outras, com características diferenciadas. A visão voltava-se para questões políticas e sindicais, sintonizada com um período de resistência e conseqüente abertura do Regime Militar. Esse posicionamento levou à reconstrução e a consolidação do Movimento Docente no País.

Com a união de várias dessas Associações, em 1981 foi fundada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que buscou estabelecer uma relação com outras categorias de trabalhadores, inserindo a realidade social no Movimento Docente. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a ANDES foi alçada ao nível de Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Tanto o ANDES-SN como as Associações Docentes das Universidades do País sempre permaneceram engajadas nos diversos movimentos sociais que fizeram parte do passado recente da nação. O registro dessa trajetória é fundamental para o conhecimento e a maior compreensão dos fatos relacionados com a evolução da educação superior brasileira, o que inevitavelmente acaba trazendo à tona a própria história do País nos últimos anos.

Dentro deste contexto, encontra-se a Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR).

Com a oportunidade de realizar um estágio no Arquivo da APUFPR, foi constatado que grande parte da história da Associação estava concentrada nos documentos armazenados nesta unidade, que, sem organização, poderiam se perder com o tempo. Pensando na análise destes documentos e sua conseqüente organização, foi

formulada a seguinte questão investigativa: que história da APUFPR sua memória arquivística poderia contar?

2 JUSTIFICATIVA

Com a construção de um espaço para o Arquivo Permanente da APUFPR e a conseqüente necessidade de organizar seus acervos documentais, um diagnóstico documental foi realizado por esta graduanda como estagiária do Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Durante o processo de diagnóstico documental, foi descoberta uma infinidade de documentos, em variados formatos, com diversos conteúdos. Em meio a essa vasta variedade de registros, em arquivos que estavam desaparecendo, informes carregados da história da APUFPR.

A intenção de contribuir para reconstruir a trajetória dessa Associação motivou esta pesquisa. Foi decisiva na escolha do tema deste trabalho a compreensão de que esses acervos documentais, como memória arquivística, carregam inestimáveis fragmentos históricos, e que, uma vez organizados, constituem-se elementos valiosos na reconstrução e análise de uma história que ainda não foi contada.

O estudo justifica-se como iniciativa de resgatar, preservar e difundir a ação de uma expressiva entidade de classe, representando material de interesse para a comunidade universitária e a sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Constitui objetivo geral da pesquisa, resgatar elementos e compor uma leitura da trajetória da APUFPR (1977-2007) com base na documentação do Arquivo Permanente da Associação.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos do estudo:

- a) selecionar e sistematizar fatos e dados relativos à trajetória da APUFPR a partir da sua memória arquivística;
- b) contextualizar a história da APUFPR dentro da comunidade em que está inserida, em nível nacional;
- c) construir um paralelo com a história do Movimento Sindical Docente dentro da UFPR.

4 REVISÃO TEÓRICA

4.1 ARQUIVOS E MEMÓRIA

Desde os primórdios de civilização o homem demonstrou a necessidade de deixar sua informação registrada de alguma forma, como é possível comprovar pelas pinturas rupestres e outros fragmentos históricos conservados ao longo dos tempos. Mesmo sem contar com a infinidade de recursos tecnológicos que temos acesso nos dias atuais, os povos antigos tiveram o cuidado de preservar a informação, com a certeza de que estavam contribuindo para produção do conhecimento (PAZ, 2004, p. 9).

Os arquivos surgiram em sintonia com essa mesma necessidade, pois eles contribuem para a memória de uma sociedade, aparecendo na maioria das vezes como o símbolo de guarda dos documentos que contam a história de um povo ou propagam a cultura do local onde estão inseridos. Recebem a alcunha de “espaço legitimador da História” e, segundo Neves, estes espaços devem ser norteados pelo princípio de “encontrar no passado elementos que possam abrir perspectivas para o presente e o futuro, (...) fazer uma historiografia comprometida com a história social dos grupos e suas comunidades, com suas histórias e lutas (2005, p. 18)”.

Parece ser consenso entre os autores de que não existe uma única definição para arquivos. De imediato se verifica que, com o advento de novas mídias e formatos e a constante evolução da sociedade, o conceito de Arquivo se torna mutável.

A conceituação de arquivo pode sofrer transformações em conformidade com as mudanças políticas e culturais que a sociedade vivencia; o arquivo nada mais é do que um reflexo do que a sociedade produz (RODRIGUES, 2004, p. 104).

Além das mudanças que a sociedade vivencia, ainda é preciso levar em consideração as necessidades específicas do local onde o Arquivo estiver inserido, como bem observa Paz ao afirmar que “a definição de Arquivo pode ser modificada de acordo com as necessidades peculiares das instituições devendo fornecer uma base, na qual o profissional possa lidar eficazmente com o material produzido” (2004, p. 89), sendo este conceito o mais aceito dentro da Arquivologia.

A idéia de que os arquivos são criados de acordo com as atividades de seu detentor também está presente na definição de Paes (2007, p. 16) que conceitua Arquivo da seguinte forma:

É a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.

Com vistas a estas utilidades, devem ser citadas a finalidade e função do Arquivo. A sua finalidade está ligada em servir a administração e posteriormente ser utilizado como embasamento histórico. Quanto à função, seria disponibilizar as informações contidas no acervo documental sob sua responsabilidade (PAES, 2007, p. 20).

Para que os Arquivos possam servir a seus propósitos, é necessário que sejam realizados processos de organização arquivística que tenham por objetivo a sua eficiência. Além da já citada atenção às necessidades específicas da instituição onde o Arquivo está concentrado, devem ser observados os estágios de evolução dos documentos (BELLOTTO, 1991).

Os documentos de arquivo devem ser tratados de acordo com os estágios de seu ciclo vital. O Ciclo Vital ou a Teoria das três idades foi desenvolvida por Jean-Jacques Valette em 1973 e é dividida em: Arquivos de primeira idade ou correntes, como o próprio nome já explicita, são arquivos utilizados no cotidiano; Arquivos de segunda idade ou intermediários, que aguardam prazos de prescrição e destinação; e Arquivos de terceira idade ou permanentes, que são considerados históricos (PAES, 2007, p. 21).

Para os objetivos da pesquisa se optou por trabalhar apenas com os Arquivos Permanentes. O Arquivo Permanente é composto por conjuntos de documentos que, mesmo findo o seu ciclo de vida, são recolhidos como prova documental da história de uma organização.

Os Arquivos Permanentes possuem a função de preservar e disponibilizar informações de cunho histórico-cultural. Para tanto, é necessário um meticuloso trabalho prévio de avaliação dos documentos (RONCAGLIO ET AL, 2004, p. 7), pois só terão valores de guarda permanente os documentos que revelarem características importantes da entidade quanto a sua origem. organização.

administração e atividades (BELLOTTO, 1991, p. 73). E ainda que os Arquivos sejam formados inicialmente para fins administrativos, eles podem ser transformados em base fundamental para a história, não apenas da Instituição a que pertencem, mas também da comunidade e suas relações sociais e econômicas (PAES, 2007, p. 121).

Estes Arquivos estão intimamente ligados à Memória do local em que estiverem inseridos. Por isto, a vital importância que os mesmos sejam objetos de estudos, pois, como afirma Pazin, “a história depende, em certa medida, de documentos arquivísticos; é importante que, além da manutenção e conservação dos arquivos, passe-se a compreender como estes arquivos foram constituídos (2005, p. 9)”.

A Memória é um tema que desperta o interesse de diversas Organizações, seja para assegurar a credibilidade ou para criar um sentimento de pertencimento a um lugar; fazer nascer um sentimento de raiz, resgatar valores ou fortalecer a imagem da empresa/organização.

Frequentemente Memória e História se confundem, mas é fundamental que seja feita a distinção. De acordo com Meneses, “a Memória é um objeto da análise e do entendimento do Historiador (1999, p. 22)”. O que de certa forma corrobora Ledesma, “a Memória é o que registramos em nossos cérebros, é a construção do que lembramos, ou seja, é a matéria-prima da História. Assim podemos dizer que a História é uma seleção da Memória (2006, p. 18)”. É o que também afirma Bellotto (1991, p. 186), que a Memória não é História, apenas um substrato bruto, sem explicação, que para fazer sentido tem de ser contextualizado por um profissional especializado.

Já para Jardim (1995, p. 4), a Memória não é apenas um dado a ser computado pela História, mas também pode ser vista como um processo. O autor alerta para a necessidade de se enxergar a memória como um processo de construção social, e não como um dado a ser arqueologizado.

O que se nota é que ambas estão intimamente ligadas e necessitam de características de uma e outra para se desenvolver.

A História sempre está fundamentada em algum objeto de estudo, uma espécie de documento que comprova a veracidade da informação que está sendo descrita. Neste sentido, existem lugares que funcionam como uma espécie de “guardião legal” destes recursos. Estes locais são chamados de “Espaços de

Memória”, são eles os Museus, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Memória, que seguindo critérios previamente determinados, realizam o trabalho de coletar, tratar, organizar e disponibilizar materiais que representam a memória de uma região ou grupo social (VON SIMSON, 2006).

Como um dos locais onde se promove a Memória, o Arquivo revela-se uma excelente fonte para o estudo de instituições e sociedade. A documentação arquivística preserva o registro de atividades administrativas realizadas pelas instituições. Estes registros, se produzidos e conservados dentro de rotinas e processos preestabelecidos, constituem provas e evidências dos fatos que lhes deram origem, formando a memória da organização ou pessoa física que os acumulou (CRUZ, 2005, p. 60).

A existência desta Memória Arquivística é fundamental para a pesquisa e para o entendimento de outros tempos e vivências. A existência dos arquivos é sintetizada por Bellotto (1991, p. 177):

A existência de arquivos (...) é justificada por seu sentido patrimonial e por seu lado testemunhal. De um lado, é preciso preservar como patrimônio estes conjuntos orgânicos de informações e respectivos suportes, por razões de transmissão cultural e visando a constituição/reconstituição incessante das formas de identidade de um grupo social como tal; de outro lado, é imprescindível assegurar aos historiadores os testemunhos de cada geração, do modo de pensar e atuar de seus elementos, quando na sua contemporaneidade.

A Memória funciona como um instrumento de aproximação entre instituição/organização e sociedade, pois cria um vínculo histórico entre ambos, criando uma espécie de Memória Coletiva.

A Memória Coletiva está ligada à busca de identidade cultural de uma sociedade. Através da construção desta Memória é que se fundamentam valores e a cultura de uma comunidade, o que é bem explicitado por Ledesma (2006, p.24):

Quando abordamos memória e sua importância para a construção da História das civilizações, percebemos que a memória de um grupo social está associada também a sua construção de identidade, seja ela étnica, religiosa ou profissional. Buscar suas raízes, suas origens, o início de suas histórias e os caminhos percorridos nesta trajetória faz com que um povo descubra e mantenha viva sua identidade. Com isso podemos dizer que o

resgate da memória se faz importante para que um povo construa uma identidade consistente, confiável e transcendente.

A Memória Coletiva também é frequentemente observada nos chamados “lugares de memória”, com as representações que simbolizam um passado coletivo da sociedade, como por exemplo um hino oficial, uma bandeira, entre outros que podem expressar aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória (VON SIMSON, 2006).

Verifica-se, pois, que a Memória Coletiva é algo compartilhado pela sociedade através de representações, símbolos e conhecimento passados de geração para geração, e é com base neste processo que se cria uma identidade social.

4.2 SINDICALISMO DOCENTE SUPERIOR NO BRASIL E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Como atesta Miranda (2005, p. 60-61), o sindicalismo no Brasil tem suas raízes no Governo de Getúlio Vargas, época em que o governo fez concessões à categoria trabalhadora, mas ainda manteve os sindicatos atrelados ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. É desse período também a implementação da contribuição sindical obrigatória.

Acompanhando Gindim (2006, p. 66), é possível verificar que nasceram várias Associações de Professores nessa época, porém a grande maioria ligada a professores primários, alinhadas ao governo. As entidades que não se encaixavam nesse perfil eram vistas como ilegais e não recebiam qualquer espécie de incentivo.

Porém na década de 1960 começam a surgir as primeiras Associações Docentes do Ensino Superior. No período a principal questão era o debate entre o Ensino Público e o Privado, estas Associações nasciam com o intuito de se posicionar em defesa da Universidade Pública.

Dentro deste contexto surge a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), a mais antiga do Brasil. Fundada em 19 de dezembro de 1960, foi originalmente concebida com o objetivo de congregar professores das diferentes escolas da Universidade para buscar a defesa dos interesses dos próprios docentes. A criação da APUFPR foi apoiada pela Reitoria da Universidade. a época

conduzida pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda, como atesta o depoimento do Professor Eloy da Cunha Costa (EVANGELISTA, 1991, p. 7).

Durante os primeiros anos da Associação, se vivia um momento político conturbado, provocado pela renúncia do presidente da república Jânio Quadros e o difícil processo de posse do vice-presidente João Goulart, que culminou na adoção de um regime parlamentarista. Esta situação no plano político nacional provocava reflexos na educação brasileira, o que conseqüentemente estreitava as relações dos professores da Associação com a Reitoria, em defesa da Universidade. Paralelamente a isto, a APUFPR mantinha um caráter cultural e seus representantes eram nomeados pelo Reitor. A Associação também tinha uma relação de sociabilidade com os alunos, mantendo um trabalho de assistência a alunos carentes, fatos lembrados no depoimento da professora Cecília Maria Westphalen (EVANGELISTA, 1991, p. 7-12).

Com o Golpe de 1964, o cenário político se agravou, porém não houve influência alguma na rotina da Associação, que se mantinha afastada e calada nesse período, afinal era difícil contestar com pessoas desaparecendo e professores sendo aposentados compulsoriamente sem explicações, como declara o depoimento do Professor Ernesto Christiano Aichinger (EVANGELISTA, 1991, p. 13). Durante o período considerado mais repressivo da Ditadura, a grande maioria das Associações Docentes preferia manter a mesma posição adotada pela APUFPR.

O Movimento Docente no ensino superior começa a ter sua expressividade somente após o início da abertura da Ditadura Militar, na segunda metade da década de 1970, tendo como principal fator motivador a revitalização de Associações de Professores/Docentes (ADs) já existentes e o surgimento de outras (GADOTTI, 1996, p. 3).

A Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADUNICAMP, 2002, p. 10) descreve o seu processo de criação diretamente contextualizado aos fatores políticos da época, colocando o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, nas dependências do DOI-CODI, como o fator que gerou uma reviravolta no sistema. A repercussão do episódio desencadeou o processo de abertura “lenta e gradual”, proposta por Geisel. No entanto a Associação dos Professores da Universidade de Brasília (ADUNB, 1994, p. 28) já enxerga a crise da Ditadura como o fator para o seu surgimento, pois havia uma divisão dentro do Regime, havia um grupo dissonante que se opunha ao processo de abertura.

Algumas associações já tinham longo tempo de existência, porém à época mudaram seu caráter: ao invés de ficar em uma posição assistencialista, passaram a se voltar para as questões de natureza político-sindical, assemelhando-se mais a Sindicatos.

Assumindo esta nova posição as Associações Docentes (ADs) passaram a exercer maior influência em relação a mudanças dentro da Universidade, bem como seu relacionamento com a Sociedade (COELHO, 1996, p. 25). É o caso da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, pois segundo o depoimento de Carlos Alberto Faraco “o Movimento dos Professores começou em 77 na UFPR como parte da crescente organização dos docentes universitários em vários pontos do país (EVANGELISTA, 1991, p. 64)”. Ainda na APUFPR, um movimento organizado pelos professores lutou pelo envolvimento da Associação com as lutas e reivindicações do corpo docente da Universidade; sendo seu principal objetivo a desvinculação Associação e Reitoria, instituindo a democratização dentro das eleições da Associação. Esses mesmos professores organizaram uma chapa, intitulada “Movimento dos Professores”, para concorrer à Diretoria da Organização nas eleições de 1981. Com a vitória desta chapa, a Associação dos Professores perdeu seu caráter recreativo-assistencial para assumir um caráter político-sindical, envolvendo-se em movimentos grevistas, eventos políticos e na luta pela redemocratização do País, relembra o professor Oswaldo Maciel, no prefácio do livro Memória da Organização dos Professores da UFPR (EVANGELISTA, 1991).

O que se pode notar é que, independente da data de criação, as ADs sentiram as mesmas necessidades: lutar pela categoria que representavam, pelos interesses da sociedade e também pela Universidade.

A grande maioria das ADs possuíam em sua essência os mesmos propósitos, lutavam pela democratização da sociedade brasileira e por conquistas sociais. Porém seus direitos a liberdade de expressão ainda estavam cerceados e não havia democracia dentro de suas Universidades. Diante disto as lutas também se voltavam para a discussão de eleições diretas para Reitor, formas de gestão, políticas de verbas e questões salariais, além da eterna defesa da Universidade Pública e Gratuita (DONATONI, 1999, p. 137-138).

O caráter das Associações não era o mesmo, principalmente por que a categoria já se via de outro modo perante a sociedade. Intensificou-se a luta por um plano de carreira docente, já que, de acordo com Coelho, “a maioria dos docentes

passou a assumir a condição de assalariados. Vivendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, aumentou a pressão pela regulamentação do exercício profissional (1996, p.37)". Tornou-se altamente necessário que as Associações Docentes perdessem efetivamente seu caráter recreativo-assistencialista e viessem a se posicionar de acordo com os novos rumos tomados pela categoria. Tal mudança forçou as ADs a se organizarem em nível nacional, promovendo diversos encontros que proporcionassem a unificação das lutas do Movimento, em favor das reivindicações da categoria Docente e da Universidade. (DONATONI, 1999, p.141).

No país afluíam movimentos com ideologias sindicais, e mesmo a Greve sendo proibida pelo Regime Militar, acabou sendo realizada pelo Movimento Operário, como atesta Grammont (1998):

A partir da paralisação de 79, os trabalhadores do ABC derrubam, na prática, a proibição do direito de greve, mesmo com as pressões e intervenções que os sindicatos sofreram naquele ano e nos seguintes.

Graças a este feito, outras categorias começaram a seguir o exemplo; o que não foi diferente com o Movimento Docente.

O fator que marcou definitivamente a incorporação do Movimento Docente ao Movimento Sindical foram as paralisações de 1980 e depois, no mesmo ano, a Greve Nacional. Essas ações articuladas deixaram ainda mais clara a necessidade de uma instituição que englobasse todas as ADs e atuasse como a principal representante da categoria docente de nível superior (OTRANTO, 2000, p. 215).

De fato, a idéia da criação da Associação Nacional já acompanhava várias reuniões das ADs, mas havia um conflito de idéias entre dois grupos. De acordo com Coelho (1996, p. 49), estes grupos discutiam se deveriam formar uma federação de ADs, uma entidade de entidades, ou se deveriam construir uma associação nacional que propiciasse uma maior participação das bases.

Com o advento da Greve Nacional de 1980, a decisão foi tomada de maneira rápida e ficou-se com a segunda opção.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi criada em fevereiro de 1981, durante o III ENAD em Campinas, realizado de 17 a 20 de fevereiro de 1981. A ANDES foi criada com o objetivo de representar os docentes das Instituições de Ensino Superior, encaminhar/comandar as suas reivindicações e

lutas, convergir o Movimento Docente rumo às questões mais gerais, pertinentes à sociedade brasileira (DONATONI, 1999, p. 162).

Segundo Gadotti (1996, p.11), já em suas origens foi possível observar o caráter sindicalista diferente que a Organização teria, atrelada à questão social, a lutas de outras categorias, a assuntos políticos como a anistia, a redemocratização e a elaboração da Constituição. Em sua fundação os eixos de luta da Associação Nacional eram vinculados contra a privatização da Educação Universitária e a rejeição da proposta universitária imposta pelo Regime Militar.

Diante desta postura da Associação Nacional, era natural que as filiadas agissem sob as mesmas diretrizes, pois muitas das Associações, embora não estivessem oficialmente instituídas como sindicatos da categoria, passaram a atuar nas lutas pelas liberdades democráticas e reivindicações, como se fossem verdadeiros representantes sindicais locais. (FERREIRA, 2006, p. 230).

A ANDES sempre se posicionou a favor dos interesses da categoria docente, e durante toda a década de 1980 permaneceu engajada em diversos Movimentos Sociais. Após a promulgação da Constituição Brasileira, o Movimento Docente passa a reconhecer a necessidade de a Associação Nacional ser alçada à condição de Sindicato Nacional da categoria Docente. E finalmente durante o II Congresso Extraordinário da ANDES, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 25 a 27 de novembro de 1988 é aprovada esta medida, a ANDES é transformada em Sindicato Nacional. Em seguida se filia à Central Única dos Trabalhadores, demonstrando sua disposição para se igualar e incorporar as lutas de outros trabalhadores (DONATONI, p. 218).

Em 1989 ocorrem as primeiras eleições democráticas para a presidência da República após o fim da Ditadura, sendo eleito Fernando Collor de Mello. Já em seu primeiro ano de Governo, o novo presidente institui um pacote econômico focado no enxugamento da liquidez monetária, abertura de barreiras tarifárias e privatizações. Para as Instituições de Ensino Superior (IFES), no papel estavam propostas de aproximação com o mercado e a formação de profissionais para o mercado de trabalho, no entanto na prática o que se viu, foi a redução das despesas do governo com os recursos humanos das IFES (CARVALHO, 2004, p.9). O que prenunciava a influência da Agenda Neoliberal no Ensino Superior brasileiro na década de 1990.

A insatisfação gerada pelo plano econômico aliada a denúncias de corrupção iniciaram um processo de Impeachment do presidente Collor de Melo, com apenas

cem dias de governo. Porém o ápice do caso de daria no ano seguinte, com as denúncias de tráfico de influências e corrupção, elaboradas pelo irmão do presidente. Instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foram comprovadas as denúncias do envolvimento do então dirigente da nação com as acusações (LATTMAN-WELTMAN, 2002).

O Movimento Docente juntamente com outras entidades da Sociedade Civil se posicionaram a favor do processo de Impeachment do presidente, promovendo protestos, passeatas, por todo país. Finalmente em 29 de dezembro de 1992 o presidente apresenta sua carta de renúncia, tendo seus direitos políticos cassados.

Com a renúncia de Collor de Melo, assume a presidência o vice-presidente Itamar Franco. O presidente substituto consegue grande apoio popular devido ao sucesso da política de estabilização financeira estabelecida em seu governo, o Plano Real. Devido a este sucesso, o Ministro da Fazenda de sua Gestão, Fernando Henrique Cardoso resolve se candidatar à presidência da República em 1994 e obtém êxito nas urnas (CUNHA, 2003, p. 38).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso acontece a Reforma do Estado, fruto de uma combinação de interesses internos e externos que permitiram uma reorganização do Estado em favor do capital e seus representantes, apoiados pela mídia (BATISTA, 2000, p. 325). Diante do Estado reformado ocorre um aprofundamento das ações pautadas na Agenda Neoliberalista, iniciada no Governo Collor (CARVALHO, 2004, p. 7). O Neoliberalismo já demonstrava a sua influência no Ensino Superior desde a década de 1980 com o chamado Plano Bresser, que propunha uma reforma administrativa que tinha como característica principal a redução de responsabilidades do Estado com os serviços públicos, além do enxugamento do quadro de funcionários e redução de investimentos no setor, revertendo-os para iniciativa privada (TAFFAREL; SILVA, 2004).

Com a nomeação de Paulo Renato de Souza para o Ministério da Educação, vindo de uma larga experiência no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as ações voltadas para o ensino público superior, começam a ser norteadas pela Agenda Neoliberal (PINTO, 2002, p. 109). Na visão do Ministério da Educação o Ensino Público Superior necessitava de uma intensa revisão, além de grandes reformas administrativas (CUNHA, 2003, p. 39).

A influência do Neoliberalismo na política educacional pode ser reconhecida no projeto de autonomia apresentado pelo Ministério da Administração e da Reforma

do Estado (MARE) em 1995, com pontos encontrados nas recomendações do Banco Mundial (BIRD). O projeto consistia na proposta de transformar o status jurídico das Universidades Públicas em fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos, entidades públicas não estatais ou organizações sociais. Porém com o firme posicionamento contrário da comunidade acadêmica, fez com que a transição de status passasse a ter caráter voluntário (CARVALHO, 2004, p. 12).

Paralelamente a isto os Movimentos Sociais se articulavam no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, tentando aprovar a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) amplamente discutida pela Sociedade. O projeto foi relatado pelo senador Cid Sabóia, e aprovado pela Comissão de Educação do Senado em 30 de novembro de 1994 e posteriormente encaminhado ao plenário em dezembro do mesmo ano (PINTO, 2002, p.110). Porém indo contrariamente às ações da Sociedade Civil e do Executivo, o Governo resolve apoiar o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, com um texto mais genérico e um autor mais flexível a mudanças em seu projeto (CUNHA, 2003, p. 39).

Esta nova prática neoliberal em favor da estabilidade econômica e crescimento promovem um desmonte do Sindicato. Os processos de privatização, e as mudanças no mercado de trabalho contribuem para o desengajamento do trabalhadores em geral (SANTOS, 2007, p. 73).

O Movimento Grevista bastante presente na década de 1980, começa a ter uma diminuição na década de 1990, devido às medidas estabelecidas pelo Governo Federal para desgastar e desacreditar este instrumento de protesto dos trabalhadores (BATISTA, 2000, p. 309).

Com a eleição de Lula em 2002 o Movimento Docente vislumbra uma oportunidade de melhoria nas condições do Ensino Superior, pois segundo Nosella durante vinte anos especialistas da Educação instigaram os professores “a buscarem uma forma de relação profissional que fosse ao mesmo tempo uma nova relação hegemônico-política, isto é, a hegemonia da classe trabalhadora” (2005, p. 227). Porém o que se viu foi a continuação de uma agenda neoliberal e o início de uma situação de conflito para o pensamento político dos professores.

A ideologia de lutas e sonhos acalentados durante vinte anos parecia realmente ter se transformado, como bem explicita Nosella (2005, p. 228):

A difusa (e confusa) ideologia cognominada "de esquerda" não é mais referência suficiente. Por 20 anos caminhamos seguros guiados por um cometa brilhante no céu. Para nós todos, a distinção entre direita e esquerda era clara e insofismável. As dúvidas levantadas por certos intelectuais pareciam-nos impertinentes. Mas, de repente, assim como aconteceu quando os reis magos chegaram a Belém, a estrela, referência e guia, desaparece no breu da política atual.

A oposição as atuais políticas engendradas por quem antes era considerado aliado faz com que o Movimento Docente se posicione contrariamente às idéias da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de quem acaba se desfiliando em 2005, com decisão votada no 24º Congresso da ANDES-SN em Curitiba, demonstrando que o Movimento Docente não aprovava a maneira de governar dos antigos aliados (SANTOS, 2007, p. 81).

Atualmente há um aparente enfraquecimento das atividades sindicais, onde se atribuem como fatores principais às pressões governistas, através do arrocho salarial; a campanha negativa em relação ao movimento veiculada pela mídia; o incentivo às disputas e diferenças entre as categorias, promovidos pelos reajustes salariais concedidos com base em carreiras; as reformas do Estado e o desmonte do serviço público (BATISTA, 2000, p. 311).

Segundo Nosella (2005, p. 228) um professor politicamente comprometido com a sociedade atual "precisa defender a escola como um sistema permanente, orgânico, cujos efeitos positivos são de longo alcance, superando a necessidade dos projetos especiais de caráter político-eleitoral".

5 METODOLOGIA

A Metodologia utilizada para o presente trabalho de pesquisa foi iniciada dentro da Disciplina de Estágio Supervisionado, do curso de Gestão da Informação, com a realização de um projeto de estágio no Arquivo da Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR).

Nos meses de abril a julho de 2007, essa documentação foi submetida à organização e gestão sob a responsabilidade desta graduanda, orientada pela Professora Helena Nunes.

Foi preliminarmente realizado um estudo sobre a Associação baseando-se em seu Regimento Interno.

Com base no Estatuto da APUFPR, a estrutura organizacional da Instituição é composta pela Diretoria, órgão executivo da APUFPR – SEÇÃO SINDICAL, que é eleita por um mandato de dois anos, em Assembléia Geral, e pelo Conselho de Representantes, órgão deliberativo da APUFPR – SEÇÃO SINDICAL eleito com mandato de dois anos, em eleições secretas por Departamentos da UFPR, realizadas um mês após as eleições da Diretoria.

A Diretoria é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral, um Primeiro Secretário, um Tesoureiro Geral, um Primeiro Tesoureiro, um Diretor Administrativo, um Diretor do Departamento Cultural, um Diretor do Departamento de Esportes, um Diretor do Departamento de Imprensa, um Diretor do Departamento Jurídico e um Diretor do Departamento Social.

O Conselho de Representantes é composto por um representante de cada Departamento da UFPR, sendo eleitos, na mesma oportunidade, os respectivos suplentes.

E para melhor visualizar a estrutura da organização e compreender seus cargos e atribuições foram formulados dois organogramas.

Após estas ações, o trabalho foi então dividido em três partes: Diagnóstico Documental, Proposta de uma Metodologia de Trabalho e Implantação do Projeto de Gestão de Documentos.

Na fase de Diagnóstico Documental, se realizou a abertura de algumas caixas de documentos para amostragem e levantamento da situação documental em que a Organização se encontrava. Com a abertura das caixas, foi possível elaborar uma tabela com os tipos documentais encontrados. No Diagnóstico também foram pesquisadas as tecnologias em relação aos documentos e seu estado de conservação. Com a finalização do Diagnóstico foi constatada a necessidade da estruturação de um sistema de Gestão de Documentos, que pudesse organizar, classificar e informatizar o Arquivo da Associação, oferecendo ao final a elaboração de uma tabela de prazos e uma estrutura informatizada para os documentos.

Durante o processo de Diagnóstico verificou-se a dificuldade em encontrar relatos sistematizados sobre a história da APUFPR que pudessem servir de apoio à estruturação da fase posterior de trabalho (avaliação dos documentos) e na elaboração do documento do Diagnóstico, porque havia muito do Histórico da Instituição registrado em documentos, mas nada devidamente organizado.

Diante destes fatos nasceu o problema de pesquisa, que ficou definida como um estudo de natureza histórica (construção da memória) com abordagem documentária (análise do acervo arquivístico).

A abordagem documentária ou Análise Documental é fundamental em pesquisas historiográficas. Tratando a documentação de maneira adequada, fazendo ligações com o problema de pesquisa, é possível montar as peças e fragmentos de acordo com os objetivos da investigação proposta e extrair toda a análise necessária (PIMENTEL, 2001, p. 180).

Em seguida se delimitaram as próximas ações metodológicas já norteadas pelo Projeto de Pesquisa, que foram divididas em: Fundamentação Teórica e Construção do Histórico.

5.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como ação inicial se delimitou o levantamento da fundamentação teórica da Pesquisa que desenvolveu como temas principais Arquivo e Memória Institucional e Sindicalismo Docente nacional e local.

O tema Arquivo, as buscas se voltaram para a conceituação e tipos de Arquivos, posteriormente se restringiu o levantamento aos Arquivos Permanentes, categoria em que se encontra o Arquivo que foi objeto de estudo.

No quesito Memória foi colocada a questão do eterno conflito entre Memória e História, destacando-se suas diferenças, semelhanças e sua participação no apoio a criação da identidade de uma população.

O Sindicalismo Docente foi pesquisado em trabalhos que falavam de como o Movimento Docente se formou em diversas localidades do país, em uma esfera geral.

Para entendimento do cenário nacional e contexto de onde surgiu a APUFPR, foram pesquisadas as histórias de associações docentes com caráter semelhante, bem como elementos da história sindical docente em âmbito nacional. Para isto foi realizada uma visita ao site do ANDES-SN, onde se encontram listados os sites de todas as Seções Sindicais da Associação Nacional.

Com a lista de endereços eletrônicos, foi possível fazer um levantamento de históricos construídos por estas Associações. Analisando-se o histórico destas Instituições se verificou que a maioria delas relatava fatos ocorridos somente a partir da segunda metade da década de 1970, época em que aconteceu uma revitalização das Associações que já existiam e o surgimento de muitas outras.

Ainda pesquisando os sites de cada uma das Associações filiadas ao ANDES-SN, se identificou o projeto realizado pelo Arquivo Geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCAR). O projeto apresenta a implantação e organização do Acervo Documental da Associação de Professores da Universidade Federal de São Carlos, tendo por objetivo a disponibilização do acesso a informação produzida por esta Associação ao longo de sua vida, com ênfase ao seu histórico de lutas, como movimento social e sindical.

Com a finalização da organização do Acervo Documental, a ADUSFCAR elaborou um histórico da Organização com os principais fatos ocorridos e documentados desde a sua criação até o ano de 1999, além da disponibilização de fases do projeto em um site na Internet. Devido às semelhanças com os objetivos

pretendidos pela presente Pesquisa, se delimitou que o projeto seria tomado por base do ponto de vista teórico-metodológico.

Como referência central sobre a trajetória da APUFPR, adotou-se a história da Associação narrada em “Memória da Organização dos Professores da Universidade Federal do Paraná”, livro organizado por Olinda Evangelista. A obra é composta por depoimentos de antigos componentes da Associação, o que acaba por delinear muitos cenários e contextos históricos.

Finalizada a etapa de levantamento referencial da Pesquisa se estabeleceu que o trabalho teria as seguintes delimitações:

- a) do ponto de vista teórico-metodológico, o projeto intitulado “Implantação e Organização do Arquivo Geral da ADUFSCar - Seção Sindical”, elaborado em 1996 pelo Departamento de Ciência da Informação e Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR);
- b) do ponto de vista empírico, como material de análise, os documentos integrantes dos Arquivos Permanentes da APUFPR, e possíveis consultas a funcionários.
- c) apesar de a Associação ter nascido na década de 1960, foi feito um recorte no tempo, se delimitando a segunda metade da década de 1970, embasado nas características de históricos de outras Associações semelhantes que somente relatam fatos posteriores a mudança do caráter assistencial para sindical das Associações Docentes.

5.2 CONSTRUÇÃO DO HISTÓRICO

O Arquivo Permanente da APUFPR, foco empírico do trabalho, é composto de telegramas, livro, material de greve, recorte de jornal, boletins informativos (inclusive de outras associações), comunicados, manifestos, material de campanha, convocações, regimentos, atas, listas de presença em Assembléias, relatórios, correspondência recebida e expedida, cartazes, pôsteres, fotos, entre outros, que necessitavam ser nomeados, classificados, ordenados, alguns até mesmo restaurados.

Com o Projeto de Estágio os documentos foram Organizados cronologicamente e separados por categoria de assuntos, sendo eles: Administrativos, Contábeis, Financeiros, Históricos, Jurídicos e Recursos Humanos.

Esta etapa da Pesquisa delimitou-se a utilização apenas dos documentos considerados históricos. Para esta delimitação foram considerados os critérios encontrados na literatura sobre Arquivos Permanentes, ditos históricos.

Para a seleção do material utilizado na pesquisa foi preciso organizar uma metodologia dentro das séries documentais do Arquivo Permanente da APUFPR. Inicialmente ocorreu uma triagem dos documentos ano a ano, de 1977 a 2007. Como critério se utilizou maior incidência de documentos sobre o mesmo assunto, repercussão do conteúdo documental no Movimento Docente interno e externo, na mídia e no cenário político local e nacional.

Após a triagem inicial se construiu um quadro com estes documentos dispostos ano a ano, formando uma espécie de “Cronologia Documental”. Com a elaboração deste quadro houve uma pesquisa de fatores históricos, políticos e econômicos que pudessem ter influência sobre a ocorrência de alguns fatos.

QUADRO 1 – CRONOLOGIA DOCUMENTAL

Ano	Fatos/Documentos
1977	- Eleições Diretoria 1977/1979
1978	
1979	- Eleições Diretoria 1979/1981 - Lei de Anistia
1980	- Carta de Renúncia – Professor Constantino Comninos - Pacote Portella - Convocação dos Professores da UFPR, Comissão de Mobilização (26/11/1980) - Boletim Movimento dos Professores – Professores em Greve na UFPR (28/11/1980 – N°1) - Boletim Movimento dos Professores - As origens do nosso movimento (01/12/1980– N°02) - Boletim Movimento dos Professores – Suspensão da greve na UFPR – (15/12/1980 –N°. 05) - Dossiê Documentos da Greve de 1980
1981	- Boletim Movimento dos Professores - Movimento dos Professores da UFPR – (06/01/1981 – N° 06) - Carta de Renúncia – Professor Iwamoto - Comissão de Mobilização. - Criação da ANDES - Parecer de cada Depto. em relação às Resoluções da UFPR (1981).

	<ul style="list-style-type: none"> - A importância da CPPD na vida dos Professores. - “A lista sêxtupla para Reitor”, (Reclamação por falta de participação da comunidade universitária nos processos de escolha da UFPR). - Semana Nacional de Mobilização. - Carta de apoio à criação de uma Associação dos Servidores da UFPR. - Carta sobre as eleições para representantes dos professores no Conselho de Administração da UFPR. - APUFPR – BOLETIM – Professores em Greve na UFPR – DATA: 28/11 – Nº.01 - Dossiê Documentos da Greve de 1981 - APUFPR – BOLETIM – Colega Professor – 06/11/1981 – Nº.06
1982	<ul style="list-style-type: none"> - Anteprojeto “Estatuto da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná”. - Criação do Conselho de Representantes - “O documento do Ministério da Educação e Cultura”, decisão sobre as reivindicações salariais. - “Carta aberta aos meus colegas de trabalho: professores, estudantes e funcionários”; Dante Romanó Junior, sobre o lançamento de sua candidatura a Reitor da Universidade. - Documento de solidariedade ao Movimento Estudantil em relação aos preços dos RU's. - “A Reestruturação da Universidade”, GT da APUFPR sobre a reestruturação da Universidade. Contribuição para o IV Encontro Regional da ANDES. - “Campanha Nacional pelo Ensino Público e gratuito: Manifesto a nação”, ANDES, APUFR, UNE, CPB, e UBES. - Reunião de Reitores das Universidades Federais, 01/04/1982. - “Contribuição ao debate sobre a reestruturação da Universidade”, APUFPR, ao IV Encontro Regional da ANDES. - Eleições para a direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. - Relatório de um ano de Gestão: Maio de 1981 a Maio de 1982. - Parecer do Conselho Deliberativo da APUFPR, período de atividades de maio/1981 a maio/1982. - Convite para debates: “A necessidade de uma política de Eco-Desenvolvimento para o Brasil” e “O Problema da Energia Nuclear do Brasil”. - Documento propondo que as eleições diretas para Chefia e Subchefia de Depto. fosse realizado pelos professores do COUN. - Carta Convite para a Fundação da ASUFEPAR - Informações a respeito da audiência MEC-ANDES em 15/10/1982. - Convocação para Assembléia Geral em 20/10/1982. - A Questão da Desvinculação do DASP e do orçamento global. - “Deliberações da Reunião das AD's Autárquicas referentes aos encaminhamentos das reivindicações do movimento docente”, ANDES. - “Universidade e imoralidade: o caso dos mestres e doutores biônicos”, APUFPR. - Manifesto aos professores da UFPR em 18/11/1982: Deflagração de

	<p>Greve.</p> <ul style="list-style-type: none"> - II Congresso Nacional da ANDES. - Dossiê Documentos da Greve de 1982 - Reflexões Preliminares sobre as Greves dos Docentes das IES Federais Autárquicas em 1980 e 1981.
1983	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto PARU. - II Congresso Nacional da ANDES - Convênio entre FUNPAR e UFPR. - Opinião do Conselho de Representantes sobre o Reajuste de mensalidades - Comunicado sobre as Eleições para Diretoria da APUFPR, Gestão 1983/1985. - “Anteprojeto de Lei sobre o novo regime a ser aplicado às Universidades Brasileiras”, Análise realizada durante Assembléia convocada pela APUFPR, em 12/04/1983. - “As eleições de 5 de maio – O divisor de águas”, José Lamartine Correa de Oliveira. - Comunicado da deliberação da Assembléia de 17/06/1983 pela adesão ao movimento nacional de greve a partir de 20/06. - Documento sobre a ação judicial que solicita correção no enquadramento na carreira de magistério. - Ata de reunião do dia 25/10/1983, escrita a mão. - Campanha Salarial 1984. - Reajuste de mensalidade.
1984	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação das Fundações no interior das Autárquicas. - As fundações privadas no interior das IES Públicas: o caso da Fundação da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura. - Diretas Já UFPR - Documento sobre a “Revisão da Reforma Universitária”, Comissão de Educação da APUFPR. - “Universidade Federal do Paraná: a agonia da Universidade Pública” (Documento sobre a Fundação UFPR). - Informe preliminar sobre o III Congresso Nacional do ANDES (Piracicaba, 13 a 17/02/1984). - Carta do Professor Dante Romano JR. Sobre o fechamento do HC. - Informe dos delegados da APUFPR sobre o Congresso Nacional da CUT - Dossiê Documentos da Greve de 1984 - Debates “Que viva o Hospital de Clínicas” – Consolidação de Propostas. - APUFPR – BOLETIM – Pauta de Reivindicações –20/08/1984 – Nº.01 - Convite para Assembléia Geral 30/08/1984. - APUFPR – BOLETIM – Greve na Imprensa –30/08/1984 Nº.02 - APUFPR – BOLETIM – Informes Nacionais –19/09/1984 Nº.04 - APUFPR – BOLETIM – 15 de outubro - Nosso dia – 15/10/1984 – Nº.05 - “Semana da APUFPR Pró-atendimento das reivindicações” - Dia Nacional da Paralisação em defesa da Universidade

	<ul style="list-style-type: none"> - Resolução nº. 1.178 de 19/11/1984 garantindo a reivindicação de garantia de ascensão aos professores adjuntos que forem aprovados no Concurso para Professor Titular. - Requerimento protocolado pedindo esclarecimentos sobre obras no Setor de Agrárias de uma nova Reitoria. - Abaixo Assinado s/ nova Reitoria. - Comissão para Avaliação de Docentes – Relatório Final. - Convênio Hortifrutigranjeiro
1985	<ul style="list-style-type: none"> - APUFPR – BOLETIM – Ano I de Democratização da UFPR! – DATA: 14/01/1985 – Nº.06 - APUFPR – BOLETIM – Campanha Salarial - 11/03/1985 – Nº.07 - Eleição para o Conselho de Administração da UFPR. - Debate “Ensino Público e Gratuito X Ensino Público e Pago”, promovido pela APUFPR. - Relatório das Atividades da Diretoria da APUFPR Biênio 83/85 (30/04/1985) - Resultado das Eleições para Diretoria da APUFPR Gestão 1985/1987. - Convite para posse da nova Diretoria gestão 85/87. - 1º de maio unitário. - Moção em defesa da Pesquisa Universitária (Proposta de moção da APUFPR para IV Congresso da ANDES) - Lista de Conselheiros por Depto. e Setor da UFPR. - Convocação para Assembléia em 23/05/1985, para discutir o posicionamento da APUFPR em relação a eleições diretas para Reitor e o pronunciamento do ministro da Educação Marco Maciel. - APUFPR – BOLETIM – Resultados da Assembléia da UFPR – 27/05/1985 – Nº.08 - APUFPR – BOLETIM – Luta pela questão salarial e por mais verbas para as IES – 24/06/1985 – Nº.10 - Notificação de audiência trabalhista. - ANDES reúne-se em audiência com Marco Maciel. - Documento sobre Ação Judicial solicitando correção no enquadramento na carreira do magistério. - APUFPR – INFORME – Eleições Diretas para Direção de Setor e Vice-Reitor – 1985 - APUFPR – BOLETIM – Diretas Reitor – 03/11/1985 – Nº.12 - Assembléia Comunitária 18/11/1985. - “Campanha Salarial para 1986”, APUFPR. - Boletins da APUFPR 1985
1986	<ul style="list-style-type: none"> - Eleições Diretas para Direção de Setor e Vice-Reitor, APUFPR, DCE e ASUFEPAR - APUFPR – BOLETIM – Congresso Nacional da Andes – 05/03/1986 – Nº.13 - APUFPR – BOLETIM – Isonomia, já - Paralisação 6 e 7 de maio – 14/04/1986 – Nº.14 - Material sobre a Constituinte - Documentos “Isonomia Salarial”
1987	<ul style="list-style-type: none"> - “A Universidade Brasileira e o Projeto GERES”, SBPC. - Proposta da SBPC para a nova constituinte

	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões a respeito de greve, Fórum Nacional de Secretários do Trabalho - Dossiê Documentos da Greve de 1987 - Inauguração da sede da APUFPR - Carta da Reitoria apoiando a paralisação. -75 anos da Fundação UFPR. - Debate com o DCE sobre a Estatuinte - “A Democracia na Universidade”, APUFPR - Proposta da Universidade Popular do Trabalho - O Regime de 40 h semanais, Assembléia da APUFPR. - II Encontro Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários - Convocação de Assembléia Geral Extraordinária, 27/08/1987 - Carta ao Ministro da Educação, Fórum de Pró Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. - Discurso de Lula na Constituinte (27/08/1987) - Carta de Lula sobre os possíveis problemas na Constituinte. - Carta informando sobre o Encontro Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. - Convocação para Assembléia da APUFPR, 16/09/87 - Convite para o debate “Constituinte e Educação: Momentos de Decisão”. - “29 de setembro, dia nacional da Paralisação”, APUFPR. - Esclarecimentos sobre o aumento do funcionalismo público. -“Ameaçada a soberania da Estatuinte” - A autonomia da universidade violada – “Caso Ronaldo Caiado”(18/11/1987) - Carta do Conselho Universitário - “Caso Ronaldo Caiado”(1987) -“Em defesa da Universidade Brasileira”, APUFPR. - Eleições para o Conselho de Administração
1988	<ul style="list-style-type: none"> - Constituinte - Ataques a gratuidade do ensino - Relatório Sucinto das atividades da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa – Maio/1986 a Abril/1988 - Sugestões para a Constituinte - Cartas de Sindicatos - Questão do Abono Pecuniário não pago aos professores.
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Invasão do DCE - APUFPR – BOLETIM – A crise da Universidade brasileira – 10/03/1989 – Nº.23 - APUFPR – BOLETIM – Por que vamos a Greve Geral? –10/03/1989 – Nº.24 - Eleições Diretoria da APUFPR 1989/1991 - Dossiê Documentos da Greve de 1989 - Proposta de C&T para a Constituinte Estadual - Avaliação Docente - Documentos sobre Lula e sua candidatura para a presidente da República - Eleições Presidenciais - Informativo Salarial – Nova Política Salarial - nº. 04 (04/10/1989)

	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo Salarial – Perdas Salariais - nº. 05 (04/10/1989) - Informativo Salarial – Tabelas Salariais - nº. 06 (01/12/1989) - Informativo Salarial Urgente (05/12/1989)
1990	<ul style="list-style-type: none"> - APUFPR – BOLETIM – O pacote econômico e a Universidade – 10/04/1989 – Nº.25 - Informativo APUFPR – Como vai o Plano Collor? – nº. 12 (maio/1990) - Documentos LDB - Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES-SN
1991	<ul style="list-style-type: none"> - Dossiê X Congresso Nacional da ANDES - Solicitação de auditoria nas contas da Gestão 1989/1991 - Convite para o lançamento do livro “Memória da Organização dos Professores da UFPR” – 06/05/1991 - Eleições para Diretoria APUFPR 1991/1993 - Dossiê Documentos da Greve de 1991 - APUFPR – BOLETIM DE GREVE – Relatório da Greve – 20/09/1991 – Nº.19
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Extrato de Ata de Assembléia Geral (28/01/1992) - Debate “Universidade e Fundação”, promovido pela APUFPR-SSIND. - Convocação para Assembléia Geral no dia 08/04/1992, para discussão do percentual da taxa assistencial. - Pedido de apoio feito a Gazeta do Povo e TV Paranaense, em relação à mudança de Art. 207, instituindo a busca por recursos feita pelas próprias Universidades. - Extrato de ata da Assembléia Geral 11/05/1992. - Carta enviada aos professores, avisando do Desconto em Folha da Taxa Assistencial. - Extrato de Ata de Assembléia Geral 28/05/1992. - Esclarecimento para alguns professores sobre as justificativas para taxa assistencial. - ANDES-SN devolve o imposto sindical (noticias). - Envio aos Diretores de Depto. cópia da Lei Delegada, a qual dá poderes para o presidente para revisar e instituir gratificações aos professores. - Extrato de ata de Assembléia Geral do dia 19/08/1992. - Aviso de restituição do imposto sindical compulsório descontado em 1989. - Nota a população em favor do Impeachment do Presidente Collor. - Pronunciamento da APUFPR sobre o ingresso de professores na Universidade sem passar pelas vias do concurso público. - Carta enviada ao Programa Jô Soares Onze Meia, afirmando a posição favorável ao Impeachment - Abaixo-Assinado contra a Reforma Fiscal que poderia extinguir a aposentadoria especial dos professores; Manifesto contra a Lei de Propriedade Industrial. - Convocação Assembléia Geral para deliberação sobre a inclusão da

	<p>gratificação instituída pelo governo federal, através da Lei Delegada nº. 13.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicado aos professores sobre o desconto de 1% sobre a gratificação permanente regulamentada pela lei delegada nº. 13/92, deliberada em Assembléia. - Certidão da transformação da Associação em Seção Sindical do ANDES-SN - Comunicado aos professores sobre o resultado da Assembléia Geral de 03/12/1992 onde foram aprovadas as contas da Gestão 89/91 por ampla maioria. - Documento enviado ao Ministro da Educação abordando os 80 anos da Universidade, as lutas das classes estudantil, docente e técnica da UFPR.
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Convocação para Assembléia Geral da APUFPR (14/04/1993). - Pedido enviado aos deputados para a regulamentação do Art. 205 da Constituição Estadual, sobre repasse de verbas aos setores que promovem o desenvolvimento da Ciência a Tecnologia. - Pedido a Secretaria de Administração Federal para agilização das reivindicações da categoria docente – “GAE, Piso Salarial Constitucional”. - Paralisação no dia 04/05/1993. - Requerimento junto a Reitoria dos direitos referentes ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. - Convite para cerimônia de posse da Diretoria 1993/1995. - Dossiê Documentos da Greve de 1993 - APUFPR – A Greve terminou a luta continua –09/06/1993 - Pedido protocolado da APUFPR feito a Reitoria, com o intuito do repasse aos docentes dos 28% concedidos aos militares. - Extrato de Ata da Assembléia Geral de 08/07/1993. - Assembléia Geral em 24/08/1993 com o intuito de discutir se a APUFPR entraria ou não, com o processo junto ao STJ para a solicitação do aumento salarial de 28%.
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Carta enviada ao Reitor com o resumo das discussões realizadas durante o “Debate sobre a Autonomia Universitária”, promovido pela APUFPR. - Dia Nacional de Greve e Manifestações - UFPR resolve não aderir à Greve Nacional. - Correspondência enviada à Reitoria sobre o desconto de seguridade social sobre a GAE (Gratificação de Atividade Executiva). - Carta enviada ao Presidente da República sobre a questão da Isonomia Salarial entre servidores públicos dos três poderes. - Debate sobre Proposta do Governo – área econômica, com os assessores econômicos dos candidatos, promovido pela APUFPR e CEPEC (Centro de Pesquisas Econômicas). - Debate “Projeto de Educação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, com a presença dos candidatos ao governo do Estado do PR. - Regras para o debate - “Projeto de Educação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico” - Texto sobre as campanhas FHC e Lula ao governo federal em 1994

	<ul style="list-style-type: none"> - Debate "A Política e a Sociedade: a ocupação profissional como determinante do perfil político da sociedade brasileira no Congresso Nacional", promovido pela APUFPR. - Repasse de informes UFPR ao ANDES-SN. - Convocação Assembléia Geral (07/12/1994) - "Reitoria garante a realização do Concurso Vestibular 1994" - "Professores de luto, participam do vestibular", Boletim Extra nº. 05 APUFPR – Questão da Isonomia Salarial. - Boletim Extra 06 – Resumo do que foi discutido na Assembléia Geral da APUFPR-SSIND no dia 20/12/1994 - Governo não repassa recursos para folha de pagamento do salário de Dez/1994. - Aprovação da Proposta de se trabalhar com Orçamento pelo Conselho de Representantes - Aprovação do Projeto de Construção do 3º Módulo da APUFPR
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Lei da Propriedade Industrial – 04/04/1995 - Discussão sobre o novo modelo de Estado proposto pelo Governo Federal, em relação ao ambiente universitário. - "As universidades federais estão sob cerco!", texto de APUFPR, DCE e SINDITEST. - Dossiê Documentos da Greve de 1995 - Eleições para Diretoria da APUFPR 1995/1997 - "Sindicalismo: do confronto à participação", Edésio Passos; palestra promovida pela APUFPR. - Informes APUFPR-SSIND (18/09/95) - Plano de atividades para 1995 – Gestão 1995/1997. - Convocação para Assembléia APUFPR-SSIND (25/10/1995) - Pedido de audiência com o governador do Estado, assinado por várias entidades da comunidade acadêmica e científica. - Folder – Reunião aberta do Conselho Universitário (13/11/1995) - Nota da APUFPR: "A verdade sobre os 28,86%". - "Carta Aberta ao Governador do Estado do Paraná", expressando a posição da APUFPR em relação à regulamentação do Artigo 205 da Constituição Estadual. - "O abono pecuniário das férias dos servidores públicos", Edésio Passos. - Abaixo-assinado para Manifestação "Dezembro Fatal! Pelo fim do tratamento de choque". - "Professores em estado de choque" (SIAPE), APUFPR-SSIND. - Carta com conteúdo deliberado em assembléia, enviada a reitoria com relação ao Reajustamento de 28,86%. - Conteúdo da Assembléia Geral da APUFPR-SSIND realizada em 20/12/1995.
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Pedido a Reitoria do Reajuste de 28,86% decorrente da Lei 8.622, de 19/01/1993. - Controle de ponto do Magistério Superior – Fere principio da autonomia universitária - Suspensão de pagamento a CUT. - "Por uma Curitiba mais humana e menos violenta", Assembléia dos Profs (14/03/1996)

	<ul style="list-style-type: none"> - Pedido de apoio a outras entidades para fortalecer a imagem da UFPR - Pedido de abertura à comunidade universitária, sobre a discussão das mudanças do Regimento do Conselho de Administração. - Consulta Extraordinária entre os Professores da UFPR em relação as medidas governamentais que podem afetar a carreira docente; para subsidiar a assembléia de 10/04/1996. - Dossiê Documentos da Greve de 1996 - Carta a Comunidade Acadêmica e à Sociedade, Comando Local de Greve - Manifesto de apoio a Universidade, formulado pela APUFPR. - Textos de Apoio elaborados pela APUFPR: Sobre o projeto de autonomia do MEC/MARE; A participação do professor aposentado na Instituição e do Sindicato; Reforma Administrativa; Sobre a Reforma da Previdência. - Carta da APUFPR enviada ao ministro de C&T, Israel Vargas. - Mandado de segurança contra o pagamento da contribuição previdenciária pelos professores aposentados associados. - Ação Judicial – Requerimento do Abono Pecuniário
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração do 3º Módulo da Sede Social (16/01/1997) - Texto Final da LBD - Análise de conjuntura – APUFPR - Pelo fortalecimento da UFPR, responsabilidade já. - “2500 professores vão eleger nova diretoria da APUFPR”. – Release para imprensa (Maio/1997) - Proposta de paralisação - Eleições para Diretoria da APUFPR 1997/1999 - Posse da Diretoria 1997/1999 (22/05/1997) - Plano de atividades: Período 1997/1998 – Gestão 1997/1999 - Assembléia Geral 13/08/1997 - Deliberações da Assembléia - Pedido aos Deputados - Voto a favor do Decreto Legislativo 402/97 - “Mil Dias sem reajuste”, Gestão 1997/1999 - APUFPR se retira da Comissão Eleitoral Paritária. - Eleições Reitoria
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos relativos ao Programa de Incentivo à Docência (PID) nas IFES - Clipping sobre indicativo de greve - Isenção de Contribuição Previdenciária - Extrato de Ata da Assembléia de 26/03/1998 - Dossiê Documentos da Greve de 1998 - Fórum Paranaense em Defesa da Universidade Pública e Gratuita - Encontro do Movimento Sindical com Lula - Programa de Incentivo a Docência nas IFES
1999	<ul style="list-style-type: none"> - Carta de Campanha para eleger a UFPR como símbolo de Curitiba - Eleições Diretoria APUFPR 1999/2001 - Lei de Zoneamento - Carta do Reitor esclarecendo o episódio de ocupação da Reitoria - Caso “Ocupação da Reitoria pelo DCE pela reabertura dos Rus” - Correspondência sobre o Mural da Associação nos Departamentos

	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para o zoneamento e uso do solo Campus Central – UFPR - Mediação no caso “Ocupação da Reitoria pelo DCE pela reabertura dos Rus”, com presença da PF - Fórum em defesa da cidade - Carta ao prefeito Cássio Taniguchi em referência as leis de Zoneamento Uso e Ocupação do solo
2000	<ul style="list-style-type: none"> - Carta ao Governador Jaime Lerner, escrita por Dr Rosinha, referente ao ataque ao MST. - “A democracia restrita e os seus extremos”, sobre conflitos entre o governo e MST. - Moção de repúdio da APUFPR contra o Governo do Estado X MST - Posições a respeito de uma possível greve - Movimento em defesa do povo do Paraná - Diretrizes gerais para a reestruturação da UFPR. - Parecer e extrato de ata sobre o documento “Diretrizes gerais para a reestruturação da UFPR”. - Critérios a respeito de GED
2001	<ul style="list-style-type: none"> - 40 anos APUFPR - Eleições Diretoria da APUFPR - Problemas com Atas de Gestão anterior - Solicitação de Direito de Resposta da Gestão anterior no Boletim da Associação - Apoio ao projeto popular contra a venda da Copel - Dossiê Documentos da Greve de 2001 - Eleições Reitoria
2002	<ul style="list-style-type: none"> - Documento sobre decisão de adaptação de calendário acadêmico sem aprovação da Comissão de Ética. - Esclarecimentos sobre o aumento da arrecadação de mensalidades da APUFPR. - Questionário “Projeto Viver Melhor” - Carta enviada ao reitor pedindo uma posição da Reitoria, condizente com os acordos feitos no final da greve. - Resumo dos resultados obtidos após o Questionário do Programa Institucional de Qualidade de Vida. - Convite para o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, promovido pelo ANDES-SN e APUFPR. - Folder do III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, promovido pelo ANDES-SN e APUFPR. - Solicitação da APUFPR para que a Reitoria se posicione a favor da contratação de novos professores. - Convite para o I Seminário sobre políticas de cotas para o ingresso de Negros na Universidade, promovido pela APUFPR e Movimento Negro do Paraná. - Convite para o Seminário sobre Previdência Social intitulado “Mudanças na Previdência Social”.
2003	<ul style="list-style-type: none"> - Carta enviada aos deputados sobre a votação da utilização de transgênicos no Estado do Paraná - I Seminário sobre reforma da Previdência Social, APUFPR. - Convocação de Assembléia Geral 19/02/2003, para apresentação e

	<p>apreciação do Relatório de Auditoria das Contas da Gestão 1999/2001.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Trabalho da APUFPR-SSIND para o 22º Congresso Nacional do ANDES-SN. - Convite para o I Seminário sobre reforma da Previdência Social, APUFPR. - Extrato de ata da Assembléia Geral Extraordinária da APUFPR-SSIND. - Moção de Repúdio à Guerra contra o Iraque. - Documentos sobre a pretendida Reforma da Previdência. - Convite para o Debate sobre Reforma da Previdência, promovido pela APUFPR. - Carta enviada ao Presidente da Câmara de Deputados, abordando o tema “Realização de Audiências públicas” para esclarecer a Reforma da Previdência. - Convite para Fórum de Debates: “Universidade XXI”. - Diretoria APUFPR-SSIND Gestão 2003/2005 – Ciência e Consciência - Moção de apoio ao deputado Tadeu Veneri, por sua atuação na CPI da Copel. - Campanha UFPR Viva, APUFPR-SSIND, DCE e SINDITEST.
2004	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação de Informações dos professores ao Depto de Pessoal em virtude do roubo sofrido pela APUFPR-SSIND. - “Campanha salarial dos docentes das IFES – Negociações”, APUFPR; Convocação para Assembléia Geral em 30/06/2004. - Documento sobre a GED, Reunião de esclarecimentos 26/08/2004. - Cartaz “Reforma Universitária - Palestras”, 09/2004. - Solicitação junto a Reitoria de tornar pública a Reunião do Conselho Universitário do dia 29/09/2004. - OF/UFPR 013/04 instituindo o dia 29/09/2004 para a promoção de debates acerca da Reforma Universitária. - Fórum em defesa do serviço público, promovendo o Seminário “O Neoliberalismo e suas reformas”. - “Informes sobre os 3,17%”, APUFPR-SSIND. - Convite para o Seminário “O Neoliberalismo e suas reformas”. - Solicitação junto a Reitoria de auxílio em relação a limpeza e segurança nas Dependências dos Setores de Humanas e Educação com a realização do 24º Congresso do ANDES-SN.
2005	<ul style="list-style-type: none"> - Dossiê 24º Congresso do ANDES-SN - Convocação de Assembléia Geral Extraordinária 23/06/2005. - Manifesto público da APUFPR-SSIND em relação ao processo de escolha de Reitor e Vice-Reitor. - Processo de Consulta para Reitor e Vice Reitor da UFPR: Nota explicativa da Diretoria da APUFPR-SSIND. - Moção de repúdio ao tratamento dispensado à APUFPR pelo Reitor da UFPR em relação ao processo de escolha de Reitor e Vice-Reitor. - Edital de Convocação Assembléia Geral Extraordinária 24/08/2007. - Ato público “Contra a corrupção e a reforma universitária” e “Por mais verbas para a educação e pelo Reajuste de 18% para os docentes”, promovidos pela APUFPR. - Boletim Especial “Eleições para Reitoria 2005”.

2006	- Convite para o I Seminário sobre Assédio Moral na UFPR - Documentos sobre as Reformas no sede da APUFPR
2007	- Balanço Gestão 2005-2007 Autônoma e Democrática - Boletim Impresso nº. 14 (16 a 29 de abril de 2007)

Fonte: a autora

Depois desta pesquisa foram elencados os fatos considerados de maior importância cultural, política, histórica e econômica, baseado nos mesmos critérios da triagem inicial, e se eliminaram da tabela os documentos que não obedeciam a estes critérios.

Posteriormente foram listadas todas as Gestões da APUFPR englobando os últimos 30 anos, e gradualmente se ligou cada um dos fatos elencados à Gestão em que foram ocorridos.

O próximo passo foi a análise de cada documento para tentar extrair o máximo de informação necessária para a construção do histórico pretendido.

A construção do histórico se deu essencialmente pelo método da análise documental institucional, referências históricas e utilização do site do ANDES-SN. O livro organizado por Olinda Evangelista serviu como material de apoio ao período que seus depoimentos abrangem, até 1991. Para os anos restantes 1991-2007, se tentou um contato por email com alguns professores que fizeram parte da História da APUFPR, alguns não retornaram, outros tinham complicações de agenda, no entanto ajudaram com dicas de documentos e no processo de revisão textual, porém tudo no plano informal, mas que foram importantes no processo de elaboração do histórico.

6 CONTRIBUIÇÃO PARA A MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (APUFPR-SSIND)

Os seguintes relatos têm por objetivo contribuir com o histórico da APUFPR-SSind, mas sem a pretensão de se aprofundar no tema. Todos os dados e fatos são baseados nos documentos encontrados no Arquivo Permanente da APUFPR-SSind, listados no Quadro 1 e no livro Memória da Organização dos Professores da Universidade Federal do Paraná, organizado por Olinda Evangelista em 1991.

6.1 GESTÃO 1977/1979

A Diretoria da Gestão 1977/1979, encabeçada pelo professor Carlos Danilo da Costa Cortês, já vinha de um mandato. Inicialmente lançada como uma chapa de oposição às gestões anteriores, elaborou boas propostas em sua campanha, principalmente em relação à expansão de números de associados; com isto obteve o apoio até mesmo da “situação”, se tornando chapa única. O projeto de crescimento da Associação, proposto durante a campanha, realmente aconteceu. A Diretoria conseguiu quintuplicar o número de associados, o que conseqüentemente aumentou a renda da APUFPR e expandiu seus projetos sociais. Com a nova receita tornou-se possível trocar o endereço da sede e construir a chácara da Associação, como atesta o depoimento do professor Carlos Danilo da Costa Cortês (EVANGELISTA, 1991, p. 31-33).

Apesar de a APUFPR ainda possuir um caráter bastante voltado para o assistencialismo, nesta gestão as coisas começaram a se modificar. Devido ao cenário político que se apresentava na época, um esboço de abertura do Regime Militar, este tempo ficou marcado com o nascimento de uma nova forma de Organização dos Docentes das Instituições de Ensino Superior a nível nacional, que mais tarde se intitulou “Movimento Docente”. Este Movimento, sustentado principalmente por professores que vinham de experiências vividas em outros países, ocorridas durante suas Especializações, motivados pelas Greves do ABC, e a crescente crise do Regime Militar, começou a impor seu pensamento e ideologia dentro das Universidades.

Ao final da Gestão 1977/1979, constituiu-se uma chapa encabeçada pelo professor Constantino Comninos para dar continuidade aos projetos, intitulada “Democracia e Desenvolvimento”. Porém desta vez havia uma forte oposição, representada pela chapa “Universidade Necessária”. Esta chapa era a expressão do “Movimento Docente” dentro da Universidade Federal do Paraná. Havia ainda uma terceira chapa, a “Independência”, declara o depoimento do Professor Constantino Comninos (EVANGELISTA, 1991, p. 33-38).

Foi a primeira vez que houve uma disputa pela APUFPR, o que gerou uma forte mobilização dentro da Universidade, levando um grande número de professores às urnas. Ao final da campanha, a “Democracia e Desenvolvimento” ganhou as eleições com apenas 14 votos de diferença para a oposição, o que com certeza se tornou um marco de democracia dentro da história da Associação e da UFPR.

6.2 GESTÃO 1979/1981

A Gestão 1979/1981 presidida pelo professor Constantino Comninos assumiu a APUFPR dentro de um clima de forte disputa política, impulsionado pelos fatores nacionais que os cercavam. O ano de 1979 ficou marcado como o ano de protestos e campanhas para a aprovação da Lei Federal 6.683, a Lei da Anistia. A sociedade já não agüentava viver sob uma mordança.

Devido a estes acontecimentos a diretoria eleita para APUFPR que ainda prezava o caráter assistencialista da Associação, começou a sentir o peso do momento político que o país e a categoria docente viviam, sendo que esta Gestão se destacou por sua instabilidade.

Dentro deste contexto tomava corpo o “Movimento Docente” na Universidade. Mesmo com a derrota nas eleições para presidência da APUFPR, o grupo que fazia parte da “Universidade Necessária” ganhou força para se colocar como forte oposição; inclusive propondo convocações para Assembléias, fato nunca observado anteriormente.

Em uma Assembléia Geral proposta pela “Universidade Necessária”, para discutir o chamado “Pacote Portella”, poucas pessoas do grupo que apoiavam a

Diretoria da APUFPR compareceram, o que fortaleceu a oposição que conseguiu aprovar todas as suas propostas, fato comentado no depoimento do Professor Constantino Comninos (EVANGELISTA, 1991, p. 33-38).

Esta Assembléia convocada à revelia da Diretoria da APUFPR, acabou gerando conflitos internos que culminaram com a renúncia do presidente em setembro de 1980.

A renúncia do professor Constantino Comninos coincidiu com a realização de uma Assembléia Geral Extraordinária que contava inclusive com a participação de pessoas de outros Estados, o que exigiu que seu cargo fosse rapidamente preenchido. Por questões estatutárias o vice-presidente, o professor Francisco Moraes não poderia assumir e por questões pessoais os outros professores que estariam na linha sucessiva também não poderiam ocupar a presidência. Por fim o escolhido para ser o dirigente da APUFPR, e para presidir a Assembléia foi o presidente do Conselho Deliberativo Fiscal o professor Oswaldo Chizuo Iwamoto, que relembra o fato em seu depoimento (EVANGELISTA, 1991, p. 38-41).

Nesta época vivia-se um Movimento grevista no âmbito nacional, mas a APUFPR resistia a juntar-se ao Movimento, pois ainda se mantinha alinhada à Reitoria.

Durante este período o grupo que anteriormente se apresentava como “Universidade Necessária”, passou a se intitular “Movimento dos Professores” e formou uma Comissão de Mobilização dentro da Universidade, convocando inclusive Assembléias não-oficiais para convencer os professores a participarem do Movimento de Paralisação que se desenrolava no cenário nacional com a adesão da quase totalidade das Universidades e Escolas Federais Autárquicas. Em uma Assembléia com cerca de 500 Professores no dia 26 de novembro de 1980 os professores decidiram integrar-se ao Movimento de Paralisação (MOVIMENTO DOS PROFESSORES, Professores..., 1980); (COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO, Convocação..., 1980).

A Greve de 1980 tornou-se um marco para o Movimento Nacional Docente. Durante esta greve observou-se que o fator unidade política fazia a diferença e mostrava a força que a categoria representava perante a sociedade.

As reivindicações da Greve de 1980 eram relativas a questões salariais, verbas para educação e Reestruturação da Carreira do Magistério ao Congresso

Nacional. A Greve paralisou durante 30 dias as atividades de 35 mil professores e envolveu todas as Instituições Federais de Ensino.

Dentro da UFPR a Greve de 1980 representou a ascensão da oposição ao poder. Como a APUFPR se recusava a aderir ao Movimento Grevista, o Movimento dos Professores, orientado pela Coordenação Nacional de Associações Docentes (CNDA) tomou frente ao Comando Geral de Greve da UFPR.

Formado o Comando Geral de Greve havia certa dificuldade para conduzir as atividades inerentes a uma greve, pois os professores não possuíam a experiência de outras categorias de trabalhadores neste assunto. Porém continuou-se convocando as Assembléias, que tinham grande quorum, fator fundamental para a adesão de grande parte da Universidade ao Movimento de Paralisação (MOVIMENTO DOS PROFESSORES, Origens..., 1980).

A Greve na UFPR durou aproximadamente 15 dias; do dia 26 de novembro a 10 de dezembro de 1980 e obteve como ganhos resultados muito mais políticos do que reivindicações atendidas.

Após a Greve de 1980 a situação dentro da Diretoria da APUFPR ficou novamente insustentável, pois a não concordância com a greve acabou por evidenciar a falta de sintonia entre os interesses dos professores e da entidade que os representava. Com o grupo oposicionista cada vez mais influente dentro da Universidade, outra vez a Associação presenciou a renúncia de seu principal interlocutor.

Para substituição do professor Oswaldo Chizuo Iwamoto elegeu-se internamente o professor Francisco Moraes Silva que conduziu a APUFPR até as eleições para uma nova diretoria.

As eleições para a Gestão 1981/1983 foram divididas entre as chapas "Movimento dos Professores" e "Democracia e Desenvolvimento". A primeira tinha se fortalecido durante a Greve dos Professores e se colocado como forte oposição, a outra era ligada à Reitoria e a ideais de certo modo mais conservadores.

Com uma votação bastante dividida, a chapa "Movimento dos Professores" ganhou a eleição com 866 votos contra 750 da "Democracia e Desenvolvimento", colocando um ponto final em uma sucessão de gestões continuadas, o que de certa forma demonstrava os ideais de democracia e alternância do poder pelos quais a sociedade brasileira ansiava naqueles dias.

6.3 GESTÃO 1981/1983

Em fevereiro de 1981 foi oficialmente criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). A idéia de uma Associação que pudesse representar os professores já vinha de outros Encontros realizados, porém com a Greve de 1980, tornou-se uma necessidade urgente. A ANDES desde seu nascimento assumiu a posição de integrar o Movimento Docente com outras categorias trabalhadoras, o que não ocorria até então.

O grupo que formava a Diretoria da APUFPR 1981/1983, presidida pelo professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, ainda não tinha ganhado as eleições, mas estava presente na data de criação da ANDES, o que já pode ser notado como uma evidência dos novos rumos que a Associação estava tomando.

A Gestão 1981/1983 ficou conhecida como a Gestão de transição de uma Associação voltada para práticas assistenciais para uma APUFPR focada em um caráter político, de representatividade de categoria.

Com o novo caráter assumido pela entidade representativa nacional, a APUFPR procurou se envolver nas questões sociais para poder se inserir na realidade da comunidade onde estava inserida, para isto se realizaram atividades externas em parcerias com outras Associações beneficentes e culturais, como relembra o depoimento do professor Carlos Roberto Antunes dos Santos (EVANGELISTA, 1991, p. 47).

Dentro da Universidade o fator a ser discutido era a proposta do Ministério da Educação em transformar as Universidades Federais em Fundações, além do aspecto educacional sempre colocado, como a reestruturação da Universidade.

Devido a esta nova postura política adotada, a Gestão teve como pontos principais: a Diretoria, a proposta de formação de um Conselho de Representantes e as Assembléias.

As assembléias eram constantes, como uma forma de politizar o professor e colocá-lo a par das questões da Associação. Algumas das Assembléias desta época eram utilizadas para a aprovação dos novos Estatutos da APUFPR que delineavam a nova situação da entidade.

Após a elaboração destes Estatutos ocorreram as primeiras eleições para o Conselho de Representantes. Cada Departamento da Universidade elegeu um representante e um suplente que em conjunto aos representantes de outros Departamentos formavam o Conselho, colocado como um instrumento de fiscalização da Diretoria da APUFPR.

Mesmo com todas estas questões políticas sendo introduzidas na realidade da Associação, a questão assistencial não ficou relegada ao esquecimento, foram realizadas reformas na chácara da APUFPR, melhoramentos na estrutura da sede, ofertas de serviços de assistência médica e jurídica.

A Gestão 1981/1983 trouxe como novidade uma tentativa de organizar a primeira eleição direta para Reitor. Realizou-se uma consulta a comunidade universitária em duas etapas, que “elegeu” o professor José Lamartine de Oliveira Lyra. Um documento sobre o processo de escolha foi enviado ao Ministério da Educação, mas o Ministério preferiu aceitar a escolha do Conselho Universitário, o professor Alcy Ramalho. Apesar de certa frustração pela escolha do Reitor continuar de maneira indireta, a Associação continuou a promover o tema “Eleições” dentro da Universidade.

No final do ano de 1981 eclodiu outra greve no Movimento Docente Nacional. Orientados pelo Movimento Nacional de Greve os professores da Universidade Federal do Paraná deliberaram em Assembléia realizada no dia 09 de novembro de 1981 pela paralisação em 12 de novembro do mesmo ano. A APUFPR teve participação efetiva na organização desta greve com um dos seus diretores, o professor Emmanuel José Appel fazendo parte do Comando Nacional de Greve, inclusive participando da Comissão que estabeleceu negociações com o Ministério da Educação e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) A Greve de 1981 durou do dia 12 a 26 de novembro e teve como saldo positivo uma retribuição salarial e a resolução da questão dos “Professores Colaboradores” que passaram à categoria de “Professores Assistentes”.

Esta Gestão teve a oportunidade de presenciar o nascimento da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná (ASUFEPAR), prestando apoio aos funcionários que foram eleitos para assumir a Associação dos Servidores, gerando uma integração entre Associações.

A relação com o Movimento dos estudantes da UFPR, representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), também era de cooperação, tanto que a

APUFPR mostrou-se solidária à Greve dos Estudantes contra o aumento das refeições dos Restaurantes Universitários (RUs) em março de 1982.

Novamente ao fim do ano de 1982, ocorre um Movimento Nacional de Greve. As principais questões que nortearam esta Greve eram relativas à Reestruturação da Universidade e à Questão Salarial. No dia 17 de novembro de 1982 os professores da UFPR reunidos em Assembléia Geral deflagram a Greve a ser iniciada em 22 de novembro.

Esta Greve trouxe como novidade o apoio de algumas lideranças políticas do Estado e de alguns segmentos da Sociedade Civil. Outro fator observado pela primeira vez na Universidade foi a realização de uma Assembléia Comunitária com os presidentes da APUFPR, DCE e ASUFEPAR. Acompanhando o Movimento de Greve dos Docentes, os estudantes da UFPR reunidos em Assembléia Geral também decretam Greve em 02 de dezembro de 1982.

A Greve de 1982 na UFPR perdura de 22 de novembro a 14 de dezembro de 1982, e obtém como resultados conquistas na questão da reestruturação da Universidade. Porém é importante ressaltar que ainda existia certa dificuldade com a greve no interior do Movimento Docente. Não havia uma clareza de objetivos; enquanto alguns entravam na greve pela Questão Salarial, outros se preocupavam apenas com a Questão Universidade, e por não existir uma homogeneidade de idéias o Movimento de Greve saía de certa forma prejudicado.

Ao final desta Gestão estruturou-se uma chapa encabeçada pelo professor Carlos Alberto Faraco para dar continuidade ao “Movimento dos Professores” dentro da APUFPR e acabou concorrendo como chapa única, o que demonstrou que a Gestão 1981/1983 mesmo tendo seu foco voltado para questões de cunho político, conseguiu contrabalançar os dois lados que uma Associação deve ter como base, tanto o lado social quanto político.

6.4 GESTÃO 1983/1985

A Diretoria eleita para o biênio 1983/1985, presidida pelo Professor Carlos Alberto Faraco, estava baseada em três principais pontos: Questões nacionais, Questões da Universidade e Questões da Associação.

A principal questão nacional nos idos de 1983 era a Assembléia Nacional Constituinte; os movimentos sociais estavam preocupados em garantir uma Constituição que livrasse o país de qualquer vestígio ditatorial. A APUFPR mantinha-se atrelada a discussões pertinentes a este tema.

Porém no ano seguinte os Movimentos Sociais tiveram suas forças concentradas na organização de uma campanha a favor de eleições de forma direta para a presidência da República, a campanha “Diretas-já”. A APUFPR esteve envolvida no Comitê local da campanha e participou inclusive da organização do comício histórico realizado na Boca Maldita.

No cenário Universidade, a bandeira de luta era a redemocratização da UFPR. Na gestão anterior havia sido realizada uma consulta à comunidade universitária para eleição do novo Reitor, mas a escolha não foi considerada pelo Ministério da Educação, o que não impediu a Associação de levantar novamente esta questão, inclusive formando o Comitê Pró-Diretas da UFPR em parceria com o DCE e ASSUFEPAR.

Outro fator interno acompanhado constantemente por esta gestão era a administração da Fundação da Universidade (FUNPAR), pois os professores temiam que por meio desta entidade houvesse a privatização da UFPR, além do que pouco se sabia sobre a Fundação, havia inclusive suspeitas de irregularidades.

E por fim no âmbito Universidade ainda houve um fato curioso, a descoberta da construção de uma nova Reitoria sem haver sequer uma nota informando a comunidade. A APUFPR denunciou, questionou, e até conseguiu parar as obras, mas não conseguiu esclarecer o fato.

Internamente, a Associação tinha a missão de perpetuar o modelo de Gestão implantado por sua antecessora: amplo debate político aliado às ações voltadas a questões sociais e beneficentes.

Nas questões políticas destacam-se as Greves e as discussões acerca de Projetos propostos pelo MEC naquela época como o Projeto PARU (Projeto de Avaliação da Reforma Universitária), Projeto Caio Tácito e Projeto GERES (Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior).

A Greve de 1983 é uma das paralisações que os professores preferem manter no esquecimento, pois veio como uma tentativa de reunir várias categorias trabalhadoras em um único movimento, mas houve rejeição da categoria docente e

pouco interesse até mesmo nas Assembléias, que constantemente estavam vazias, como declara o Professor Carlos Alberto Faraco (EVANGELISTA, 1991, p. 56-65).

Porém a Greve de 1984 é um dos marcos do Movimento Docente na UFPR. A Greve, deflagrada no final de maio, durou até o dia seis de agosto daquele ano, contou com uma organização sem precedentes, grande apoio popular e espaço na mídia.

O fator que motivou a paralisação mais uma vez relacionava-se a questão salarial. No entanto durante o período de Greve foram realizadas inúmeras atividades para esclarecimentos à população sobre a razão deste protesto dos professores; o que acabou por intensificar o debate a respeito da questão Universidade. Neste sentido as atividades que mais contribuíram foram a “Universidade na Praça” e “E viva o Hospital de Clínicas”.

O evento “Universidade na Praça” realizado em plena rua XV de novembro, uma das avenidas mais populares de Curitiba, pode trazer a realidade da Instituição para a população. Cada área da Universidade montou seu stand e expôs o que fazia, quais suas principais necessidades e dificuldades. Já o “E viva o Hospital de Clínicas” ao promover o debate, atuou como uma forma de mediação dos conflitos que existiam entre servidores e diretores do Hospital a época.

Porém em termos de pauta não houve benefícios para os professores, e em um determinado momento até se questionou a legalidade da Greve. O fim da greve decretado de maneira um tanto desorganizada foi citado em um momento de avaliação e autocrítica como um erro de aprendizagem (APUFPR, Documento de Avaliação da Greve de 1984).

Nas ações voltadas para a Organização da Associação e questões assistenciais, destacou-se a reforma no modo de arrecadação de mensalidades da APUFPR, que permitiu que a mesma saísse da difícil situação financeira em que se encontrava. Houve também um convênio com produtores de hortifrutigranjeiros que forneciam os produtos a preço de custo aos professores, além de controle na regularização dos seguros e reformas na chácara da Associação.

Ao final desta Gestão ficou comprovado que a nova maneira de dirigir a Associação além de estar funcionando satisfatoriamente era o que os professores da Universidade aprovavam porque mais uma vez elegeram para sucessora uma chapa com os mesmos propósitos, vinda do Movimento dos Professores concorrendo como chapa única, encabeçada pela Professora Maria José Justino.

6.5 GESTÃO 1985/1987

A Gestão 1985/1987, liderada pela professora Maria José Justino, desde sua eleição teve como pauta principal a Redemocratização Interna da UFPR.

Com a criação do Comitê Pró-Diretas na Gestão anterior, havia pessoas trabalhando com afinco em cima desta Questão. Convocaram assembléias, inclusive comunitárias, onde se formularam as disposições legais das eleições. Também se abriu espaço para debates de candidatos e exposição de propostas para os candidatos a Reitoria.

Após um extenso período de mobilização por parte das três entidades representativas da comunidade universitária, a eleição ocorreu no dia 06 de novembro de 1985. Porém a luta não terminava ali, havia uma lista sêxtupla a ser formada e todo um processo para convencer o Presidente da República a nomear o primeiro nome da lista, escolhido através das urnas. Realizaram-se audiências com o Governador do Estado, José Richa; com vários deputados federais do Paraná e com lideranças de partidos políticos de Brasília. Por fim, a vitória; o Professor Riad Salamuni nomeado como Reitor da UFPR em fevereiro de 1986.

Posteriormente à eleição Direta para Reitor, o Comitê continuou atuando, incentivando e conduzindo Eleições Diretas para Direção de Setor e Vice-Reitor. Para isto, formaram-se Sub-Comitês Setoriais para atender as necessidades específicas de cada Setor.

A Gestão se mostrou ainda bastante participativa em relação aos interesses da categoria docente, participando ativamente das formulações de propostas encaminhadas em audiências com o Ministério da Educação. As principais reivindicações do período eram relativas a Verbas, Carreira Única e Isonomia Salarial.

Desde 1985 o Movimento Docente, através do ANDES manteve o diálogo e tentou inúmeras negociações com o Ministério da Educação, mas não obteve resultados. Então em março de 1987, se optou por uma nova Greve.

A Greve de 1987, iniciada no dia 25 de março, durou mais de 40 dias. No entanto, ao contrário das greves anteriores, esta trouxe ganhos substanciais,

principalmente na questão salarial. O Movimento Docente conseguiu uma nova estruturação salarial e a promessa de um novo Plano de Cargos e Salários.

Porém um dos indiscutíveis legados desta Gestão é a construção da sede própria da APUFPR. No final de 1985 a Associação conquistou junto à prefeitura Municipal de Curitiba, um terreno próximo ao campus Centro Politécnico. Em abril de 1986 constituiu-se a Comissão da Construção da Sede Própria que desde então trabalhou neste sentido. E finalmente em 25 de abril de 1987, a Professora Maria José Justino, então presidente da Associação, inaugurou a sede com dois módulos, contando com a presença do Reitor Riad Salamuni e vários professores associados.

Ao final da Gestão, outra vez se elegeu uma chapa com os mesmos ideais iniciado com o Movimento dos Professores em 1981, concorrendo como chapa única, liderada pelo Professor José Borges Neto.

6.6 GESTÃO 1987/1989

A Diretoria eleita para a Gestão 1987/1989, presidida pelo professor José Borges Neto, assumiu em uma época de transição no interior da Universidade e com inúmeras questões a serem resolvidas no Plano Nacional.

A APUFPR participou da construção do Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). E por conta desta questão realizou diversas reuniões e assembléias, sendo um período de muitas viagens a Brasília até a conclusão do plano.

Também nesta Gestão estava ocorrendo um dos mais importantes processos da história recente nacional: a elaboração da nova Constituição Brasileira. O Movimento Docente permaneceu engajado durante o processo Constituinte, sempre na defesa da Universidade Pública com qualidade.

Na Questão Universidade a situação se complicava devido ao apoio dado à candidatura do professor Riad Salamuni à Reitoria. Eleito, o professor não tinha posições muito firmes, o que causou divisão entre o grupo de professores que apoiava a Diretoria da APUFPR.

Ainda no cenário Universidade, a Estatuinte era o outro tema de pauta da Associação, visto que o Conselho Universitário tentava usar de alguns artifícios para ameaçar a soberania do processo de elaboração da mesma.

Internamente a APUFPR enfrentou alguns problemas devido a dois fatores que impulsionaram até mesmo um decréscimo junto aos associados. O primeiro percalço consistiu na implantação do Regime de 40 horas semanais. Alguns professores discordaram da posição da Associação, julgando que seus interesses estavam sendo prejudicados.

Outro fator que motivou desfiliações na APUFPR relacionava-se ao “episódio Ronaldo Caiado”. Ronaldo Caiado, a época presidente da UDR (União Democrática Ruralista), um dos principais opositoristas ao projeto de Reforma Agrária do país, foi convidado para ser o paraninfo da turma de Agronomia. Alguns professores levaram este fato para ser discutido em Assembléia, e consideravam que a APUFPR deveria se posicionar de alguma forma. Porém a Assembléia deliberou que os estudantes tinham o direito a livre escolha de seu paraninfo, contudo em outra decisão de Assembléia se colocou que seria elaborado um texto esclarecendo quem era Ronaldo Caiado no contexto nacional.

No entanto, no dia da formatura, alguns membros do Conselho Universitário e até mesmo o professor Riad Salamuni foram impedidos de entrar na cerimônia; haviam sido distribuídas senhas de acesso, e só depois do professor ser reconhecido como Reitor sua entrada foi liberada. Houve tumulto, protestos de estudantes e ampla cobertura da Imprensa; o Reitor acabou optando por não participar da cerimônia, deixando que ela fosse conduzida pelo Diretor do Setor de Ciências Agrárias.

Porém ao fazer esta concessão o professor Riad Salamuni desrespeitou o Regimento Geral da Universidade que institui que a colação de grau de cursos de graduação, pós-graduação e entrega de certificados devem ser realizadas em sessões públicas, com a presença do Conselho Universitário. Diante destes fatos, considerou-se a colação irregular o que posteriormente motivou seu cancelamento, porque a cerimônia não seguiu os procedimentos legais exigidos.

Devido a estas agitações e a resultados obtidos com a Greve de 1987; nesta Gestão não ocorreram Greves, apenas algumas paralisações, mas nada comparado às ações de anos anteriores.

Ao fim da Gestão 1987/1989 outra chapa do “Movimento dos Professores” foi eleita, mais uma vez concorrendo como chapa única, atestando que o modelo com base política tinha vindo para ficar.

6.7 GESTÃO 1989/1991

A Gestão 1989/1991 presidida pela professora Milena Martinez; tomou posse em um dia e no outro já existia uma greve deflagrada.

A Greve de 1989, deliberada em Assembléia realizada ainda na Gestão anterior, teve sua duração entre os meses de maio a julho de 1989. A pauta de reivindicações contava com os seguintes itens: Verbas; Revogação de Decretos que proibiam contratações, abertura de concursos públicos e contratação dos professores que já haviam sido concursados; Reposição Salarial; Pagamento de aposentadoria integral e Carreira Única. E como ocorrido na greve anterior, os professores tiveram a maioria de suas reivindicações atendidas, demonstrando o prestígio que o Movimento Docente havia obtido no cenário nacional.

Esta Gestão também enfrentou um período de transição, porém desta vez no âmbito nacional. Em 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas presidenciais em trinta anos. Os principais candidatos ao cargo eram Luiz Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), sendo o último escolhido pelo povo brasileiro nas urnas.

O novo Governo implanta um Pacote Econômico que desagradou todos os setores da sociedade, além de reformular Ministérios, entre eles o da Educação. A autonomia da Universidade é duramente atingida através da criação do Conselho Federal de Educação que tem o poder de intervir nas Universidades Federais.

Ainda no Plano Nacional a APUFPR esteve envolvida diretamente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, integrando o Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES-SN.

Internamente um fator bastante discutido no período era a transformação da APUFPR em Seção Sindical do ANDES-SN, pois apesar da Associação possuir um caráter dualista; de Assistência, mas com forte cunho político, alguns professores,

principalmente os que estavam na liderança, julgavam necessário que ela se alinhasse as outras Associações Docentes, que estavam se transformando em Sindicatos Locais, porém alguns opositoristas defendiam um debate amplo antes da decisão ser tomada.

Em 1991 a APUFPR sediou um importante evento para o Movimento Docente Nacional; o X Congresso do ANDES-SN, realizado de 18 a 23 de fevereiro em Curitiba. Este evento marcava os dez anos de fundação da Associação Nacional dos Docentes.

Quase ao final da Gestão, levantaram-se dúvidas quanto à idoneidade da Diretoria. Para elucidar estas possíveis dúvidas, a Professora Milena Martinez solicitou ao Conselho de Representantes uma auditoria nas contas da Associação, porém o caso só foi resolvido na Gestão posterior com a aprovação das contas pela maioria do Conselho de Representantes.

Para selar o fim do mandato da Associação realizou-se um evento na chácara da Associação. Tratava-se do lançamento do livro “Memória da Organização dos Professores da UFPR”, organizado por Olinda Evangelista, secretária-geral da APUFPR no período. O livro era composto pelo depoimento de vários dirigentes da Associação, desde a sua inauguração até a Gestão 1989/1991.

Por fim no dia 15 de maio realizaram-se eleições para uma nova Diretoria, e outra vez saiu vitoriosa a chapa organizada pelo Movimento dos Professores, desta vez presidida pelo professor Lafaiete Neves.

6.8 GESTÃO 1991/1993

A Gestão 1991/1993, liderada pelo Professor Lafaiete Neves, também assumiu a Associação às vésperas de uma nova greve.

A Greve de 1991 foi uma das mais longas do Movimento Docente. Em 108 dias de Greve, de junho a setembro de 1991, os professores reivindicaram Reposição Salarial; Incorporação de Perdas advindas dos Planos “Bresser”, “Verão” e “Collor”; Contratação de Pessoal; Repasse da contribuição dos docentes ao ANDES-SN; além da escolha de maneira direta dos Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A Organização da Greve na UFPR ficou a cargo de uma Comissão de Mobilização bastante atuante que conscientizou alunos e professores a respeito da importância da Greve para a Universidade. Constituíram-se ainda Comissões de Ética, Finanças, Imprensa e de Atividades; todas constantemente envolvidas com as Questões da Greve.

Findada a Greve em setembro os professores conseguiram uma série de benefícios salariais e a rejeição de uma medida provisória que excluía docentes e técnicos de reajustes do governo, além da consolidação da atuação conjunta do Movimento Docente Nacional.

Porém com o fim da Greve também restou um saldo devedor referente às amplas despesas do período. Devido a este acontecimento, no ano de 1992 deliberou-se em Assembléia a criação de uma Taxa Assistencial, estabelecida em 2% do salário base de todos os professores da UFPR. Embora a medida estivesse em conformidade com a Constituição Federal, a APUFPR concedeu dez dias de prazo para quem se posicionasse contra a medida. A medida criou conflito junto aos associados e teve de ser esclarecida por diversas vezes durante o ano.

Se por um lado os professores tiveram de contribuir, também ganharam de alguma forma. No ano de 1992 o ANDES-SN ganhou na Justiça o direito de devolução do imposto sindical descontado erroneamente dos sindicalizados em 1989. O ANDES-SN se posicionou contra qualquer desconto compulsório, por acreditar que este tipo de procedimento deve ser votado democraticamente em Assembléia. Porém a Universidade descontou a taxa em 1989 em cumprimento a Constituição Federal, o que foi corrigido no ano posterior.

Internamente, o ano de 1992 marcou a transição da Associação para seção sindical do ANDES-SN. No dia cinco de agosto a Associação de Professores da UFPR passou a se denominar APUFPR-SSind.

No cenário nacional o Governo Federal tentava mudar o Art. 207 da Constituição com o intuito de conceder mais autonomia às Universidades. Porém os professores foram combativos a idéia, pois ela acarretava a Instituição responsabilidade de buscar recursos em sua comunidade, eximindo o poder federal de arcar com as despesas da Universidade; o que inviabilizaria as atividades relacionadas à pesquisa e extensão.

Porém na esfera política nacional, o evento de maior destaque durante o ano de 1992, foi o processo de Impeachment do então presidente Fernando Collor de

Melo. Após ser denunciado pelo próprio irmão por estar envolvido em um grande esquema de corrupção e tráfico de influências liderado por seu tesoureiro Paulo César Farias. A APUFPR-SSind juntamente com outras entidades representativas da sociedade paranaense publicou em jornais locais sua posição favorável ao Impeachment do Presidente da República; que acabou sendo afastado do cargo pelo Congresso Nacional em 29 de setembro, posteriormente renunciando em 29 de dezembro de 1992.

No cenário político local a APUFPR-SSind no ano de 1993 lutava a favor da regulamentação do Art. 205 da Constituição Estadual que definia a destinação de 2% da receita tributária do Estado a favor do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

No entanto as questões que apresentavam caráter urgente eram as que tinham relação à política salarial dos docentes, e frente à falta de propostas razoáveis de negociação, a Gestão terminava outra vez com a possibilidade de uma Greve.

Nas eleições do biênio 1993/1995 a chapa "Professores em Movimento", novamente encabeçada pelo Professor Lafaiete Neves, derrotou a chapa "Àgora Movimento Universidade", o que demonstrava a aprovação dos professores associados com a forma de conduzir a Gestão 1991/1993.

6.9 GESTÃO 1993/1995

No dia da cerimônia de posse da Gestão 1993/1995, presidida pelo professor Lafaiete Neves, aconteceu a Assembléia que deliberou a Greve de 1993.

A Greve de 1993 tinha como reivindicação principal a Questão Salarial, especificada em uma Política Salarial que incluísse reajustes mensais de acordo com a inflação, correção de gratificações e pagamento de perdas salariais; outro ponto da pauta solicitava anistia para os servidores punidos em greves anteriores.

A Greve aconteceu de maneira unificada, em conjunto com os servidores públicos federais e pela primeira vez com o apoio também dos alunos. Porém ao contrário das greves anteriores, esta teve duração mais curta, pois os servidores

abandonaram a paralisação, então os docentes apesar de discordarem do governo e até obterem alguns ganhos, saíram insatisfeitos com os resultados da Greve.

Ainda na Questão Salarial a APUFPR-SSind propõe aos docentes da UFPR que entrem com um mandato de segurança impetrado junto ao ANDES-SN, em relação aos 28,86% concedidos aos militares através da Lei n. 8627/93, convocando o direito de Isonomia Salarial.

Em 1994 o Movimento Docente, representado pelo ANDES-SN, se posicionava firmemente contra medidas tomadas pelo Governo do presidente Itamar Franco, promovendo o Dia Nacional de Greve e Manifestações, como um instrumento de mobilização para uma possível Greve. Na APUFPR-SSind o evento ocorreu no dia 23 de março.

Em abril o ANDES-SN realmente deflagrou a Greve. A APUFPR-SSind em um primeiro momento não obteve quorum nas Assembléias referentes ao indicativo de greve. Posteriormente em Assembléia no dia cinco de maio de 1994, a votação se define contrária à adesão da APUFPR-SSind a Greve, deliberando por permanecer somente em estado de Mobilização.

Na relação Universidade, a APUFPR-SSind questiona a Reitoria sobre o desconto de seguridade social sobre a GAE (Gratificação de Atividade Executiva), visto que a GAE não é salário, e consegue a restituição do desconto aos professores.

Na política estadual a Associação mantém a batalha pela aprovação da regulamentação do Artigo 205 da Constituição Estadual.

No plano Nacional ocorrem as eleições para presidência da República, Governo Estadual, Senado e para as Assembléias Legislativas Federais e Estaduais. A APUFPR-SSind promove debates com os candidatos a governador e com a equipe econômica de cada candidato a presidência.

Porém o fato que delineou as eleições daquele ano ocorreu em julho, o lançamento do Plano Real; o mais bem sucedido dos planos econômicos para combater a inflação do Brasil. Um dos articuladores do Plano Real era Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda do então presidente Itamar Franco.

Com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso concorre às eleições presidenciais com uma grande vantagem, o que garante sua vitória no segundo turno, derrotando o candidato Luiz Inácio da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores.

Quase ao fim do ano de 1994 os professores são surpreendidos com a exclusão dos docentes dos reajustes salariais estabelecidos pela medida provisória 746/94, a manutenção do piso salarial dos professores auxiliares, quebra do compromisso de isonomia entre os Três Poderes, entre outras medidas governamentais relacionadas à política educacional. O ANDES-SN em reação a estas medidas propõe o cancelamento do vestibular, no entanto a APUFPR-SSind decide manter o vestibular, porém deixando clara sua posição, lançando um manifesto intitulado “Professores, de luto, decidem realizar vestibular”.

Internamente a APUFPR-SSind formula juntamente com o Conselho de Representantes, uma proposta de se trabalhar com orçamento anual, para simplificar o acompanhamento das contas da Associação. Também é aprovado o projeto para a construção do 3º Módulo da Associação.

Com o novo governo aparece uma nova forma de governar, pautada em um pensamento neoliberal, o que faz com que os professores aprovem uma greve ao final da Gestão 1993/1995.

A Greve de 1995 começou no dia 08 de maio e perdurou até o dia 24 de maio, ou seja, começou em uma Gestão e acabou em outra. Esta greve tinha por objetivo se opor as políticas adotadas pelo novo governo, principalmente em relação aos substitutivos feitos a LDB.

As eleições para a nova Diretoria foram disputadas em meio a Greve. Desde 1981, o Movimento dos Professores ocupou continuamente a Diretoria da Associação, porém internamente aconteceram algumas divisões. Para a disputa da Gestão 1995/1997 houve uma disputa acirrada entre grupos que anteriormente compartilhavam das mesmas idéias. E a eleição teve como resultado a vitória da oposição; a vencedora foi a Chapa Plural, presidida pelo Professor Cid Aimbiré de Moraes Santos.

6.10 GESTÃO 1995/1997

A Gestão 1995/1997, encabeçada pelo professor Cid Aimbiré de Moraes Santos, começou em meio à Greve, inclusive trabalhando frente a ela, que teve seu fim decretado alguns dias depois da posse.

Os professores decidiram encerrar a Greve e se manter em forte Mobilização contra o substitutivo Darcy Ribeiro que tentava intervir na Lei de Diretrizes e Bases tão penosamente formulada pelo Movimento Docente.

Esta Gestão foi bastante movimentada por fatores de ordem Política Educacional. O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) estipulava o Controle de ponto do Magistério Superior, o que o Movimento Docente entendia como uma afronta ao princípio da autonomia universitária. O Sistema ainda trazia outras medidas como o corte do abono pecuniário aos servidores, além de reajuste salarial com valores inferiores a outras categorias quebrando o princípio de isonomia. A APUFPR-SSind se posicionava veementemente contra estas ações.

Na esfera estadual prosseguia a luta pela regulamentação do art. 205 em defesa do Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. A APUFPR-SSind juntamente com outras entidades representativas da Sociedade Paranaense, solicitou uma audiência com o Governador do Estado, Jaime Lerner, para poder entregar em mãos um abaixo-assinado colhido entre pesquisadores, professores, alunos, empresários e trabalhadores paranaenses.

Mesmo envolvida em inúmeras questões políticas a Associação não deixou de prestar assistência a seus associados, continuou na luta pelo direito ao Reajuste de 28,86% decorrente da Lei 8.622, de 19/01/1993; e entrou com ação a respeito do Abono Pecuniário, que estava sendo cortado pelo SIAPE. Outra ação efetiva em relação aos associados foi a abertura de espaço aos docentes aposentados.

Diante das dificuldades vividas pela categoria docente, para permear as ações do ano de 1996, é realizada em caráter extraordinário uma consulta aos professores da UFPR para coletar opiniões e sugestões que seriam apresentadas em Assembléia Geral. Nesta Assembléia Geral é deliberada Greve por tempo indeterminado.

A Greve de 1996 tinha suas reivindicações protocoladas no Ministério da Educação, desde dezembro de 1995, no entanto como não houve negociação em abril de 1996 se optou pela Greve.

A Greve durou cerca de dois meses e o Movimento Docente obteve apenas pequenos ganhos e um recuo na tentativa de modificar o artigo 207 da Constituição.

Ainda em 1996 o Movimento Docente enfrenta uma de suas maiores derrotas. O projeto de LDB, que desde o fim dos anos 1980 vinha sendo discutido e formulado

pela categoria, é substituído por uma Lei minimalista advinda de um substitutivo flexível manobrado pelo governo e parte do Senado.

Em relação ao patrimônio da APUFPR-SSind, esta Gestão conseguiu implantar um item de pauta de várias gestões anteriores: a construção do 3º Módulo da Sede Social no início de 1997.

Ao fim da Gestão, é lançada uma chapa de continuidade intitulada “Sintonia – Autonomia Universidade Democracia”, liderada por José Roberto Braga Portella, que disputa com a chapa “Professores em Movimento”, e acaba vencedora, atestando o funcionamento da Gestão 1995/1997.

6.11 GESTÃO 1997/1999

A Gestão 1997/1999, presidida pelo professor José Roberto Braga Portella, teve como uma das suas principais atividades do ano de 1997 a participação na consulta à comunidade universitária sobre a escolha do novo Reitor da UFPR.

Infelizmente durante o processo eleitoral aconteceram algumas divergências com as outras entidades representativas e a APUFPR-SSind se retirou da Comissão Eleitoral Paritária, deixando um espaço aberto ao diálogo com a criação de uma Comissão de Negociação, porém esclarecendo sua posição de ficar responsável unicamente pelo processo de escolha entre os professores da Universidade.

Em relação ao Movimento Docente nacional, a APUFPR-SSind participa da ação “Mil dias sem reajuste”, enviando um documento para os associados incentivando que eles realizem alguma forma de protesto para demonstrar a indignação pelo descaso com o Ensino Público.

No início de 1998 a APUFPR-SSind elabora um documento em Assembléia rejeitando o Programa de Incentivo à Docência (PID) na UFPR, apresentando diversos motivos para desqualificá-lo, principalmente por sua discriminação entre as categorias dos professores e por não corresponder ao reajuste salarial pretendido pela categoria.

Em reação ao PID e ao arrocho salarial, deflagra-se a Greve de 1998. A Greve teve duração de 104 dias estendendo-se de maio a julho de 1998, e além da retirada do PID, a pauta de reivindicação contava ainda com a proposta de abertura de concurso para novos professores e pedido de Reajuste de 48.65%.

Durante o período de greve, os professores foram apoiados pelos estudantes e técnico-administrativos que também fizeram greve. Porém o governo não atendeu nenhuma das reivindicações das categorias, até mesmo diante da greve de fome de alguns professores. O Ministério da Educação inclusive reteve o salário dos grevistas por algum tempo, tendo que a APUFPR-SSind emprestar dinheiro da Universidade para honrar dívidas e pagar salário dos professores. Ao fim da Greve o único saldo positivo acabou sendo o debate com a sociedade brasileira em relação à Universidade Pública e gratuita.

No cenário político nacional, o acontecimento do ano eram as eleições disputadas em outubro de 1998. A APUFPR-SSind recebeu alguns convites e cartas favoráveis ao candidato Luiz Inácio da Silva, porém mais uma vez o candidato sai derrotado nas urnas por Fernando Henrique Cardoso.

No início de 1999 a APUFPR-SSind apóia a campanha para a escolha da UFPR como símbolo de Curitiba, da qual a Universidade sai vencedora.

Ao fim da Gestão é constituída uma chapa para concorrer a Diretoria 1999/2001, “APUFPR Autônoma de Democrática”, dirigida pelo Professor Emanuel Appel. As eleições acontecem em um clima bastante disputado, a chapa apoiada pela Gestão 1997/1999 vence a disputa com a chapa “APUFPR Autônoma e Democrática”, porém com apenas cinco votos de diferença, o que faz com que a oposição peça recontagem de votos. Na recontagem a vitória de Appel é confirmada, porém a diferença cai para quatro votos apenas.

6.12 GESTÃO 1999/2001

O primeiro ano da Gestão 1999/2001, liderada pelo professor Emanuel Appel, ficou marcado pelo caso da Ocupação da Reitoria pelo DCE, reivindicando a reabertura dos Restaurantes Universitários (RUs). Após um estudo de custos a UFPR decidiu aumentar o preço da refeição, decisão não aceita pelo DCE, que promoveu boicotes aos RUs como cobranças paralelas. Diante desta situação os RUs foram fechados.

Com o fechamento dos RUs os estudantes solicitaram uma audiência com o Reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos, para poderem propor a revisão das

planilhas do estudo, e no período da revisão, manutenção do preço vigente. O Reitor se comprometeu a analisar as reivindicações, porém os estudantes avisaram que permaneceriam na sala do Conselho Universitário até uma decisão positiva da Reitoria. Com a mediação da APUFPR-SSind e da União Paranaense dos Estudantes (UPE) os estudantes saíram da sala no dia seguinte.

As reivindicações do DCE foram aceitas pelo Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) e houve a revisão das planilhas. Após a revisão ficou comprovado que os cálculos estavam certos, porém o DCE não acatou novamente o resultado, e voltou a promover os boicotes. Outra vez, as portas dos RUs foram trancadas.

Os alunos pedem nova audiência com o Reitor, mas desta vez antes da hora da audiência invadem a ante-sala do gabinete do Reitor. Novamente o presidente da APUFPR-SSind, professor Emmanuel Appel, dialoga com os estudantes, porém começam a ocorrer tumultos em outras dependências do prédio e a Polícia Federal vem averiguar os fatos.

Por causa da presença da Polícia Federal há um desentendimento entre a Reitoria e a APUFPR-SSind. A Associação publica uma moção de repúdio contra a Reitoria, que é prontamente rebatida com uma Nota de Esclarecimento do Reitor.

Envolvida com as questões da Comunidade Local, a APUFPR-SSind integra o Fórum de Defesa da Cidade, além de participar efusivamente na discussão da Lei de Zoneamento de Curitiba, elaborando um Documento intitulado "Contribuição para o zoneamento e uso do solo Campus Central".

Em uma tentativa de aproximação com os Associados a APUFPR-SSind solicita a cada Departamento um local para instalar o Mural da Associação.

No âmbito político estadual, nesta Gestão acontece um dos mais tristes episódios ocorridos em solo paranaense. Comandada pela Polícia Militar se inicia uma violenta repressão ao Movimento Sem Terra (MST), com o saldo de uma morte entre os trabalhadores, inclusive documentada pela imprensa. A APUFPR-SSind e as outras entidades representativas da UFPR publicam uma nota de repúdio à ação do Estado e cobram providências.

No cenário UFPR, o ano 2000 é pontuado por discussões a respeito das Diretrizes Gerais para a Reestruturação da UFPR. O documento possuía o objetivo de delinear um Plano Institucional da Gestão 1998/2002, contando com a contribuição da comunidade universitária.

No início de 2001 iniciam-se as comemorações dos 40 anos APUFPR-SSind, com uma Happy Hour em 30 de março de 2001. Na oportunidade também se comemoram os vinte anos do ANDES-SN.

Findada a Gestão 1999/2001 tem início um novo pleito, é inscrita uma chapa de continuidade “Associação dos Professores”, porém desta vez a oposição acaba retornando ao poder com a chapa “Ciência e Consciência – Oposição”.

6.13 GESTÃO 2001/2003

A Gestão 2001/2003, presidida pelo professor Francisco de Assis Marques assumiu a APUFPR-SSind e em seu primeiro mês já estava sendo questionada pelo presidente da Gestão anterior. Ele solicitava o direito de resposta à situação financeira deixada por sua Gestão, a qual havia sido publicada no Boletim da Associação.

No cenário político estadual, a questão que se desenrolava era a Mobilização Popular frente à privatização da Copel. A APUFPR-SSind enviou Moções de apoio aos deputados que votaram contra o projeto.

Em agosto de 2001 inicia-se novamente um movimento de Greve em escala nacional. Na APUFPR a Greve de 2001 é deliberada em Assembléia Geral no dia 22 de agosto. Esta Greve foi uma das mais longas do Movimento Docente, com duração de 108 dias, abrangendo um semestre letivo inteiro. Houve uma difícil negociação com o Ministério da Educação, que chegou inclusive a deixar de repassar o salário dos grevistas, porém os professores se mantiveram firmes em seus propósitos que eram relativos a reajustes salariais, incorporação de gratificações, manutenção do Regime único e novas contratações.

Em meio à Greve ocorre o processo de escolha do novo reitor da UFPR, e o primeiro nome da lista tríplex é o do professor Carlos Augusto Moreira Júnior.

A Greve de 2001 se estende até o dia 07 de dezembro, e os professores conseguem um reajuste de aproximadamente 13% para a categoria, equiparação de gratificações e previsão de novas contratações.

Em 2002 a APUFPR-SSind realiza o Projeto Viver Melhor para poder detectar as aspirações de seus associados a respeito de qualidade de vida, lazer, atividades

culturais, política sindical entre outros, visando uma aproximação e a entender melhor as expectativas e anseios em relação à Associação.

Mantendo sempre em aberto o espaço para o debate e a produção do conhecimento, a APUFPR-SSind promove três importantes seminários em 2002. O primeiro realizado em agosto, intitulado III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, é promovido pelo ANDES-SN e APUFPR-SSind. Os outros dois realizados em dezembro: o I Seminário sobre políticas de cotas para o ingresso de Negros na Universidade, promovido pela APUFPR-SSind e Movimento Negro do Paraná, antecipava a polêmica sobre a Política de Cotas para o ingresso de Negros na Universidade. O segundo intitulado “Mudanças na Previdência Social – Aposentadoria”, esclarecendo dúvidas desta parcela dos Associados.

O tema Previdência Social acompanhou o Movimento dos Professores no ano de 2003, sendo tema de um debate intitulado “I Seminário de Previdência Social: Um novo desafio”.

Em março de 2003 tem início a ofensiva americana no Iraque. O Movimento Docente Nacional se posiciona contra, enviando correspondências para a embaixada americana e britânica.

Ao final da Gestão ocorrem novas eleições e a chapa Ciência e Consciência, liderada pela professora Maria Sueli Soares, apoiada pela Gestão 2001/2003, sai como vencedora.

6.14 GESTÃO 2003/2005

Contribuindo com o cenário político estadual, a Gestão 2003/2005, encabeçada pela professora Maria Sueli Soares em seu primeiro ano de mandato, envia carta aos deputados em relação à votação do Projeto de Lei nº. 307/2003 que proibia o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados. A APUFPR-SSind, sintetiza na correspondência as razões para o projeto ser votado de forma favorável.

Em 2004 a APUFPR-SSind se torna vítima de um roubo. Ladrões entram e levam computadores e outros objetos de valor. Felizmente não houve vítimas, apenas prejuízos materiais.

Em relação ao Movimento Docente Nacional, as tentativas de negociação salarial com o Governo permanecem frustradas. Apesar da existência de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para a Questão Salarial, começam a ser apresentadas propostas para cada categoria em separado, uma tentativa de desfazer a unicidade do Movimento Docente, o que faz com que os professores considerem a possibilidade de uma greve, que na UFPR acaba não ocorrendo.

Para esclarecimentos dos Associados em relação à Medida Provisória 208, a APUFPR-SSind convoca uma Assembléia Geral para expor aos professores a situação em relação à instituição da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) com diferenças de pontuação entre categorias. Ainda em questões internas, a APUFPR-SSind continua assessorando juridicamente os docentes em relação à incorporação do percentual dos 3,17%, e inclusive alguns professores começam a receber seus atrasados. Preocupada com a infinidade de reformas em curso, a Associação passa a integrar o “Fórum Paranaense em defesa do Serviço Público”, e promove um Seminário intitulado “O Neoliberalismo e suas reformas”, para a abertura de discussão a respeito dos rumos tomados pelo Governo Lula.

Com uma Reforma Universitária em curso, a reitoria resolve estipular um dia totalmente dedicado à discussão do assunto pela comunidade acadêmica, o dia escolhido é 29 de setembro de 2004.

Em fevereiro de 2005 a UFPR sedia o 24º Congresso do ANDES-SN, organizado pela APUFPR. Neste Congresso são tomadas importantes decisões para a categoria docente, como a definição de uma agenda para o Ensino Superior e a desfiliação da CUT.

Findada a Gestão, se estrutura uma chapa para dar continuidade as ações da Diretoria 2003/2007, a “Autônoma e Democrática”, presidida pelo Professor Cláudio Antonio Tonegutti, que é eleita como sucessora.

6.15 GESTÃO 2005/2007

No primeiro ano do mandato da Gestão 2005/2007, liderada pelo professor Cláudio Antonio Tonegutti, surge um conflito entre a Reitoria e a APUFPR-SSind em relação ao processo de escolha de Reitor e Vice-Reitor.

O presidente e o vice-presidente, professor Ivan Domingos de Carvalho Santos, da APUFPR-SSind recebem um convite para uma reunião com o Reitor Carlos Augusto Moreira Júnior, e são surpreendidos com a informação de que as eleições para Reitoria do ano de 2005 seriam realizadas apenas pelo Conselho Universitário. Consultados sobre a posição da APUFPR-SSind a respeito deste fato, ambos concordam que a decisão da categoria deveria ser tomada em Assembléia.

No entanto em uma reunião posterior do Conselho Universitário, o Reitor afirmou para os presentes que os professores concordaram com eleições realizadas apenas pelo referido Conselho, inclusive deixando as outras entidades representativas de fora desta decisão. Revoltados com a situação, os professores lançam um Manifesto e uma Moção de repúdio a tentativa de mudança no processo eleitoral da UFPR, alcançado com tanto esforço pela comunidade universitária.

Em setembro de 2005, a APUFPR-SSind em parceria com o Movimento Estudantil e outros sindicatos promove um Ato público “Contra a corrupção e a reforma universitária” e “Por mais verbas para a educação e pelo Reajuste de 18% para os docentes”, na Praça Santos Andrade, endereço do prédio histórico da UFPR. O objetivo do evento é a abertura do diálogo entre Movimento Docente e Movimento Estudantil. Ainda no relacionamento com os estudantes, no mesmo ano, a APUFPR-SSind acompanha a ocupação da Reitoria por estudantes, agindo como mediadora em alguns momentos.

Voltando as atenções para as questões patrimoniais, a Gestão 2005/2007, promove em 2006 importantes reformas na sede e na chácara da Associação, as obras se prolongam por cinco meses, e após o encerramento são conferidas pelos associados em uma Festa de Inauguração das Novas Instalações da APUFPR-SSind.

Abrindo espaço para a discussão a APUFPR-SSind, juntamente com o DCE, realiza o I Seminário sobre Assédio Moral na UFPR. Um tema pouco abordado, mas continuamente vivido pela comunidade, o evento serviu como reflexão.

Em 2007 com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a APUFPR-SSind convida as entidades sindicais do serviço público para uma reunião com o objetivo de recompor o Fórum de Defesa do Serviço Público, para discutir as implicações que o Programa poderia trazer para a categoria.

Com o final da Gestão, novamente se estrutura uma chapa com os mesmos princípios, que embora participando de uma eleição concorrida, consegue novamente ocupar a Diretoria da APUFPR-SSind.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a leitura da trajetória da APUFPR-SSind (1977-2007), observada sob a ótica de sua memória arquivística. A Associação dos Professores da UFPR nasceu em 1960, mas se realizou um recorte de estudo para a década de 1970, motivado pelo processo de transformação que a Organização passou neste período, evoluindo de um caráter assistencialista para o político-sindical.

Como objetivos específicos na condução do estudo, se consideraram a seleção e sistematização de fatos e dados relacionados a esta trajetória, além da contextualização da história da APUFPR-SSind a nível nacional e um paralelo com a formação do Movimento Sindical Docente da UFPR.

Por meio da seleção dos principais fatos e dados documentados ocorridos durante o período de abrangência do estudo em uma tabela, foi possível organizar uma espécie de cronologia documental da Associação.

Com base nesta cronologia se seguiram estudos relacionados a fatores históricos, políticos, econômicos, além do estabelecimento de ligações com o material levantado no referencial teórico, para possibilitar a sistematização dos dados obtidos na fase de seleção.

Após estes estudos foi possível listar cada um dos fatos dentro das Gestões a que pertenciam, e posteriormente comentá-los cronologicamente, apresentando uma leitura da Memória da APUFPR-SSind, basicamente por meio da análise documental, aliada a referências bibliográficas.

A preocupação em resgatar esta trajetória está ligada à contribuição que a APUFPR-SSind fez à sociedade, inicialmente por meio de sua luta pelos direitos dos docentes, posteriormente estendendo-se a outras categorias e movimentos sociais da nação brasileira.

Com um histórico de lutas iniciado nos fins da década de 1970, o Movimento Docente atravessou a década de 1980 lutando pelos direitos democráticos, fossem eles internos, como a escolha de seus Reitores, ou externos, optando pelo candidato a presidência da República.

As Greves também se multiplicaram neste período, algumas com longa duração e com ganhos substanciais, mas o principal elemento a ser analisado nos

Movimentos de Greve foi o fator de organização nacional do Movimento Docente, que por meio desta unicidade conquistou apoio popular e representatividade. Na APUFPR-SSind as greves foram um fator de união entre os professores da UFPR e um elo de ligação com a comunidade universitária, representadas pela ASUFEPAR e DCE.

A APUFPR-SSind nesta década ainda se envolveu em vários processos de caráter nacional, como a criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, e nas discussões a respeito da elaboração da nova Constituição. Em nível local participou da fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná (ASUFEPAR) e na defesa do Hospital de Clínicas.

No início da década de 1990 com um novo presidente eleito democraticamente, o Movimento Docente assistiu decepcionado as medidas governamentais despreparadas impostas pelo novo dirigente da nação, além do posterior envolvimento com histórias de corrupção. No entanto a APUFPR-SSind foi uma das principais vozes no cenário paranaense a solicitar o seu Impeachment.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foram liberadas as criações de sindicatos, porém só em 1992, depois de muitas Assembléias e assinaturas, a APUFPR-SSind passou a condição de Seção Sindical do ANDES-SN.

Na metade dos anos 1990 com a criação de uma moeda veio também um presidente, que aprovou uma nova lei para permanecer oito anos no poder, tempo em que o Movimento Docente se articulou para reivindicar os seus direitos, e aprovar uma Lei de Diretrizes e Bases coerente com as necessidades educacionais da Universidade, porém o que se viu foi a aprovação de um substitutivo.

Ainda nos anos de 1990 se observa um decréscimo do interesse dos novos docentes pela estrutura sindical e seu histórico de lutas, o que conseqüentemente diminui as mobilizações e paralisações. As Greves constantes na década anterior, além de diminuírem, cada vez apresentam menos resultados, fator desencadeado principalmente pelas pressões governamentais comandadas pela agenda neoliberal.

Com o novo milênio veio a esperança com um presidente eleito vindo dos Movimentos Populares, porém a ideologia cultivada na década de 1980 foi relegada ao esquecimento, e se adotou a política da continuidade do governo neoliberal da Gestão anterior. Os professores tiveram que agir como oposição a quem antes tinham apoiado, e ainda hoje lutam por coisas que já estavam na pauta do dia há duas décadas, como o combate à privatização das Universidades Públicas, a

discussão de uma Reforma Universitária norteadas pelos valores do Banco Mundial e a contratação de novos professores. Enquanto isto o ensino público segue sucateado e a iniciativa privada recebendo incentivos, através de programas governamentais.

A pesquisa poderia ter sido mais rica se pudesse ter contado com a colaboração dos professores que fizeram parte da história da Associação, porém como foi inclusive descrito na trajetória de lutas dos professores, a maioria está comprometida com inúmeras aulas e pesquisas devido à falta de profissionais nas Universidades Federais, o que acarreta acúmulo de funções e diminui o tempo disponível para outras atividades.

No entanto, ainda que o estudo tenha sido delimitado à memória arquivística da Instituição, poderá ser utilizado como base para um posterior estudo que possa resgatar outras memórias da APUFPR-SSind, como as contidas em cada um dos professores que passaram por suas diretorias, além de sua memória iconográfica, que aliadas podem formar um excelente panorama de tão representativa entidade de classe.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Zilah Wendel. A continuidade da luta. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **20 anos**: Anistia não é esquecimento, 1999. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=635>. Acesso em: 02 nov. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (ADUNICAMP). **Adunicamp**: 25 anos. Campinas: Adunicamp, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ADUnB) **Sonho e Realidade**: O Movimento Docente na Universidade de Brasília 1997-1985. Brasília: ADUnB, 1994.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (ADUFSCar). **Arquivo geral da ADUFSCar**. Disponível em: <http://www.dci.ufscar.br/adufscar/arqgeral.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (APUFPR). **Regimento geral da APUFPR**. Disponível em <http://www.apufpr.org.br/regimento/index.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (APUFPR). **Documento de Avaliação da Greve de 1984**. Curitiba, Arquivo da APUFPR.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A reforma do Estado, a reforma da Universidade e o Movimento Docente**: resistência e embate de projetos. Recife: UFPE, 2000.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivos**. São Paulo, 1998.
- BOLETIM [do] Movimento dos Professores. **Origens do nosso Movimento**. Curitiba, 1980.

BOLETIM [do] Movimento dos Professores. **Professores em Greve na UFPR**. Curitiba, 1980.

CALDERON, Wilmara Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary; PAVEZI, Neiva; LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Agenda Neoliberal e a Política Pública para o Ensino Superior nos anos 90. In: **Anais da 27ª Reunião Anual da Anped**, 2004.

COELHO, Pedro Rabelo. **Sindicalismo na Universidade**: um estudo do Movimento Docente. Santa Maria: SEDUFMS/ANDES-SN, 1996.

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO. **Convocação dos Professores da UFPR**. Curitiba, 1980.

CRUZ, Emília Barroso. **Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública no Brasil**: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. São Paulo: UFMG, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, v.24, n. 82, 2003.

DONATONI, Alaíde Rita. **Trajetória do Movimento Docente do Ensino Superior**: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES. Campinas: Unicamp, 1999.

EVANGELISTA, Olinda (Org.). **Memória da Organização dos Professores da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: APUFPR, 1991.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, v.32, n. 2, 2006.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. **Educação & Sociedade**, v.28, n. 99, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; D'ALESSIO, Márcia Mansor; MICELI, Paulo. Memória: memória é matéria prima do trabalho do historiador/Entrevistador Daniel Chiozzini. **Comciência**, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. São Paulo, nº52, mar.2004.

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996. Acesso em: 10 jun. 2007.

GINDIN, Julián José. **Sindicalismo docente e Estado**: as práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

GRAMMONT, Júlio. Memória: Os subversivos de 1978. **Revista Teoria e Debate**, nº. 37, fev./mar./abr., 1998.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **29 de setembro de 1992**: o impeachment de Collor. FGV CPDOC, 2002. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Impeachment.asp. Acesso em 02 nov. 2007.

LEDESMA, Cristiane Lima. **A memória empresarial e sua utilização como ferramenta de comunicação**: case Espaço Memória do Grupo Pão de Açúcar. São Paulo: USP, 2006.

LOPES, Luis Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org). **Arquivos, Patrimônio e Memória – Trajetórias e Perspectivas**. SP: Ed. UNESP/FAPESP, 1999.

MIRANDA, Kênia. **A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal**: o pensamento pedagógico e o Projeto Sindical da SINPRO-Rio, da UPPES e SEPE-RJ. Niterói: UFF, 2005.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educação & Sociedade**, v.26, n. 90, 2005.

OTRANTO, Célia Regina. Movimento Sindical Docente: história e crise. **Revista Universidade Rural**, v.22, n.2, p. 213-229, jul./dez. 2000.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PAZ, Joseane Maria da et al. A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões. **Biblios**, v. 5, n. 18-19, abr./set. 2004.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. **Produção documental do Legislativo no Império - gênese e tipologia: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)**. São Paulo: USP, 2005.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, nov. 2001, no.114.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, v.23, n. 80, 2002.

PENTEADO, Pedro. **Os Arquivos dos Sindicatos: uma memória a proteger e valorizar**. Disponível em:
br.geocities.com/pedro_penteado/arquivos_sindicatos.doc. Acesso em: 15 jun. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para Gestão de Documentos de Arquivo: um manual para o Município de Campo Belo (MG)**. São Paulo: USP, 2002.

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a Gestão de Documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1. p. 102-117, jan./abr. 2006.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, Gestão de Documentos e Informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. esp, 2º sem. 2004.

SANTOS, Patrícia Targino Melo. **Espaço representacional do sindicalismo docente das universidades**. Brasília: UNB, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SILVINO FILHO, José. **Tabela de temporalidade de documentos de arquivo**. Brasília: Walda Antunes Consultoria, 1995.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Greves**: Quadro das Greves. Disponível em: http://www.andes.org.br/greve/quadro_das_greves/default.asp

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Seções Sindicais**: Listagem. Disponível em: <http://www.andes.org.br/ads/listar.asp>. Acesso em: 15 nov. 2007.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>. Acesso em 15 jun. 2007.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006): Ruptura e continuidade nas relações entre Público e Privado**. Campinas: UNICAMP

TAFFAREL, Celi Zülke; SILVA, Maria Cecília Paula. **Relações e nexos entre Reforma Administrativa, Política Salarial e Reforma Universitária**: Documento Preliminar para discussão. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/341.htm. Acesso em: 07 dez. 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – DIRETORIA GESTÃO 1977/1979

Presidente: Carlos Danilo Costa Cortes

Vice-Presidente: Armando Moren

1º Secretário: Álvaro Vicente Gonçalves

2º Secretário: Ivete Zanello Jakobi

1º Tesoureiro: Faustino Fávaro

2º Tesoureiro: Leonor Ribeiro dos Reis

Orador: Henrique Chesnau Lens Cesar

Diretor Social: Othon Ferraz Junior

Diretor Cultural: Eurico Dauchex Pereira

ANEXO 2 – DIRETORIA GESTÃO 1979/1981

Presidente: Constantino Comninos

Vice-Presidente: Francisco Moraes Silva

1º Secretário: Noel Edimar Samways

2º Secretário: Leonor Ribeiro dos Reis

1º Tesoureiro: André Ruediger

2º Tesoureiro: Fridolim Schloegel

Orador: Henrique Chesnau Lens Cesar

Diretor Social: Álvaro Vicente Gonçalves

ANEXO 3 – DIRETORIA GESTÃO 1981/1983

Presidente: Carlos Roberto Antunes dos Santos

Vice-Presidente: Arsênio Muratori

1º Secretário: Emmanuel José Appel

2º Secretário: José Domingos Fontana

1º Tesoureiro: Luiz Carlos Nascimento Tourinho

2º Tesoureiro: Rômulo Sandrim Neto

Orador: Mário Pereira de Araújo

Diretor Social: Denise de Camargo

Diretor Cultural: Mario Portugal Pederneiras

ANEXO 4 – DIRETORIA GESTÃO 1983/1985

Presidente: Carlos Alberto Faraco

Vice-Presidente: Walmir Éspér

Secretária Geral: Maria José Justino

1º Secretária: Rita de Cássia Esmanhoto de Carvalho

Tesoureiro Geral: Braz de Freitas Fernandes

1º Tesoureiro: Mario Pereira de Araújo

Diretor de Imprensa: Luiz Renato Busato

Diretor de Assuntos Culturais: Lafaiete dos Santos Neves

ANEXO 5 – DIRETORIA GESTÃO 1985/1987

Presidente: Maria José Justino

Vice-Presidente: Mario Portugal Pederneiras

Secretário Geral: Carlos Peraro Filho

1º Secretário: Lafaiete dos Santos Neves

Tesoureiro Geral: Osvaldo Escorsin

1º Tesoureiro: William Alves Barbosa

Diretor de Imprensa e Divulgação: Mariester Malvezzi

Diretor de Assuntos Culturais: Sonia Maria Coimbra Kenski

ANEXO 6 – DIRETORIA GESTÃO 1987/1989

Presidente: José Borges Neto

Vice-Presidente: Remy Lessnau

Secretário Geral: Lafaiete dos Santos Neves

1º Secretária: Milena Maria Costa Martinez

Tesoureiro Geral: Carlos Ricardo Soccol

1º Tesoureiro: Maria Lúcia Patitucci

Diretor Cultural: Naura Syria Ferreira Correa da Silva

Diretor Administrativo: João Bosco Lugnani

Diretor Jurídico: Clemerson Merlin Cléve

Diretor de Esportes: Luiz Renato Ludiwig

Diretor Social: Maria Terezinha Ramos Carneiro Leão

ANEXO 7 – DIRETORIA GESTÃO 1989/1991

Presidente: Milena Maria Costa Martinez

Vice-Presidente: João Alfredo Dal Bello

Secretária Geral: Olinda Evangelista

1º Secretária: Anete da Cruz Curte

Tesoureiro Geral: Joel Moacir Guardiano

1º Tesoureiro: Pulquério Bittencourt

Diretor de Imprensa e Divulgação: Sandra Pereira Macedo Ribeiro

Diretor Cultural: Maria Lurdes Martins de Almeida

Diretor Administrativo: Honório Roberto dos Santos

Diretor Jurídico: Clemerson Merlin Cléve

Diretor de Esportes: Luiz Renato Ludiwig

Diretor Social: Anamaria Filizola

ANEXO 8 – DIRETORIA GESTÃO 1991/1993

Presidente: Lafaiete Santos Neves

Vice-Presidente: Flávio Zanette

Secretária Geral: Milena Maria Costa Martinez

1º Secretário: Hideo Araki

Tesoureiro Geral: Pulquério Bittencourt

1º Tesoureira: Tânia Heller da Silva

Diretor de Imprensa e Divulgação: Maria Suely Soares Leonart

Diretor Cultural: Paulo de Oliveira Perna

Diretor Administrativo: Hélio H. Simiema

Diretor Jurídico: Liane Beilinski

Diretor de Esportes: Altevir A. D. Berezowski

Diretor Social: Maria Inês Hamann Peixoto

ANEXO 9 – DIRETORIA GESTÃO 1993/1995

Presidente: Lafaiete Santos Neves

Vice-Presidente: Hideo Araki

Secretária Geral: Cláudio Antonio Tonegutti

1º Secretária: Elisa Maria Dalla Bona

Tesoureiro Geral: Paulo Afonso Bracarense Costa

1º Tesoureira: Maria Suely Soares Leonart

Diretor de Imprensa e Divulgação: Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin

Diretor Cultural: Laércio Furlan

Diretor Administrativo: Nilse Nazareno de Caetano

Diretor Jurídico: Luiz Nicolau Mader Sunyé

Diretor de Esportes: Marines Menoncin Pacheco

Diretor Social: Estela Maria Arruda Muñoz

ANEXO 10 – DIRETORIA GESTÃO 1995/1997

Presidente: Cid Aimbiré de Moraes Santos

Vice-Presidente: Paula Gomide

Secretário Geral: Denise Maria Maia

1º Secretário: José Edson Araújo Santos

Tesoureiro Geral: Volnei Gargione

1º Tesoureiro: Lodércio Pulpi

Diretor de Imprensa: Sebastião Laroca

Diretor Administrativo: Eli Nunes Marques

Diretor Jurídico: Manoel Caetano Ferreira Filho

Diretor de Esportes: José Ederaldo Queiroz Telles

Diretor Social: Marlene Popp

Diretor Cultural: Maria José Justino

ANEXO 11 – DIRETORIA GESTÃO 1997/1999

Presidente: José Roberto Braga Portella

Vice-Presidente: Walmir Éspér

Secretário Geral: Marco Antonio Randi

1º Secretário: Altair Pivovar

Tesoureiro Geral: Denise Maria Maia

1º Tesoureiro: Martha Garcia Gomensaro Sanchez

Diretor de Imprensa: Arnaldo Meister Pimentel

Diretor Administrativo: Marlene Barcelos Popp

Diretor Jurídico: Cid Aimbiré de Moraes Santos

Diretor de Esportes: Marlene Rodrigues Meira

Diretor Social: Wilson Alcântara Soares

ANEXO 12 – DIRETORIA GESTÃO 1999/2001

Presidente: Emmanuel José Appel

Vice-Presidente: Eduardo Salamuni

Secretário Geral: Aloísio Lene Schmid

1º Secretária: Solange Torres Bittencourt

Tesoureiro Geral: William Thomaz Wendling

1º Tesoureiro: Gerson Pereira Lima

Diretor de Imprensa e Divulgação: Dante Romano Junior

Diretor Administrativo: Nair Filha Moro

Diretor Jurídico: Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes

Diretor de Esportes: Marlene Rodrigues Meira

Diretor Social: Marta Margarete Cestari

ANEXO 13 – DIRETORIA GESTÃO 2001/2003

Presidente: Francisco de Assis Marques

Vice-Presidente: Ricardo Costa de Oliveira

Secretário Geral: Horácio Tertuliano dos Santos Filho

1º Secretária: Sandra Mara Alessi Muntsch

Tesoureiro Geral: Claudir José Daltoé

1º Tesoureiro: Luiz Alberto Esteves

Diretor de Imprensa e Divulgação: Milena Maria Costa Martinez

Diretor Administrativo: Daniela Biondi Batista

Diretor Jurídico: Edson Gonçalves de Oliveira

Diretor de Esportes: Astrid Baecker Ávila

Diretor Social: Francisco José Fonseca Ferreira

Diretor Cultural: Leila de Almeida de Locco

ANEXO 14 – DIRETORIA GESTÃO 2003/2005

Presidente: Maria Suely Soares

Vice-Presidente: Lafaiete Santos Neves

Secretário Geral: Astrid Baecker Ávila

1º Secretário: Cássio Joaquim Moletta

Tesoureiro Geral: Cláudio Antonio Tonegutti

1º Tesoureiro: Neilor Vanderlei Kleinubing

Diretor de Imprensa e Divulgação: Milena Maria da Costa Martinez

Diretor Administrativo: Evaldo Antonio M. Ferreira

Diretor Jurídico: Edson Gonçalves de Oliveira

Diretor de Esportes: Carmem Elizabete Kalinowski

Diretor Social: Maria Lúcia da Silveira

Diretora Cultural: Carmem Lúcia Fornari Diez

ANEXO 15 – DIRETORIA GESTÃO 2005/2007

Presidente: Cláudio Antonio Tonegutti

Vice-Presidente: Ivan Domingos Carvalho Santos

Secretário Geral: João Francisco Ricardo Kastner Negrão

1º Secretária: Andréia Aparecida Marin

Tesoureiro Geral: Camilo Borges Neto

1º Tesoureiro: Neilor Vanderlei Kleinubing

Diretor de Imprensa e Divulgação: Cristina Azra Barrenechea

Diretor Administrativo: Evaldo Antonio M. Ferreira

Diretor Jurídico: Afonso Celso Condessa Teixeira Freitas

Diretor de Esportes: José João Rossetto

Diretor Social: Antonio José Beirutti Vieira

Diretora Cultural: Aída Maris Peres